



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública Externa	Nº: 0064/08	DATA: 27/02/2008
INÍCIO: 16h44min	TÉRMINO: 20h40min	DURAÇÃO: 3h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h56min	PÁGINAS: 95	QUARTOS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RUTH LEITE VIEIRA - Representante da Pastoral Carcerária.
AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Ceará.
FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA - Promotor de Justiça, representante do Ministério Público.
ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Representante da Defensoria Pública do Estado do Ceará.
JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Coordenador do Sistema Penal do Estado do Ceará.
AUGUSTINHO MOREIRA - Deputado Estadual do PV do Ceará.
MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Diretora do Instituto Penal Feminino.
MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Secretário de Justiça do Estado do Ceará.
PARCOS PASSERINI - Padre da Pastoral Carcerária do Estado do Ceará.
FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Agente Penitenciário.

SUMÁRIO: Explicações a respeito da situação do sistema prisional brasileiro.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa de Fortaleza, Estado do Ceará.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há termos e expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - *(Início da reunião fora do microfone.)* ...representante dos agentes penitenciários. E nos Estados, onde nós já vamos com o objeto definido, que é o de tomar depoimento de testemunho de alguns episódios, nós também convocamos depoimentos de testemunhas para prestarem depoimento a esta Comissão.

Já realizamos também diversos debates de audiências públicas, na Câmara Federal, com autoridades nas áreas de Execuções Penais; secretários e diretores penitenciários; Secretário de Segurança; Secretário de Defesa e Secretário de Justiça de diversos Estados no Brasil. E nós estamos aqui, neste dia, fazendo uma visita aos presídios do Estado do Ceará. Vamos debater também, agora, durante esta audiência pública, com os representantes das diversas entidades e instituições deste Estado os problemas encontrados no sistema carcerário do Estado do Ceará.

Neste momento, nós queremos agradecer a presença de todos. Nós estamos aqui representando a Câmara Federal. O Presidente da CPI é o Deputado Neucimar Fraga, que vos fala, do Estado do Espírito Santo; o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, é o Relator da CPI; o Deputado Felipe Bornier é do Rio de Janeiro; o Deputado Paulo Rubem Santiago é de Pernambuco; a Deputada Cida Diogo é também do Rio de Janeiro; a Deputada Jusmari, que está conosco, também, é do Estado da Bahia.

Nós queremos, neste momento — a mesa aqui é muito curta, nós não temos espaço para colocar os nossos convidados na mesa — pedir desculpa, mas, infelizmente, o plenário que nos foi oferecido é um plenário pequeno. Nós queremos convidar para estar conosco, participando desta audiência, o Promotor Dr. Francisco de Assis Oliveira Marinho. Queria convidá-lo para sentar-se em uma de nossas cadeiras; queremos convidar, também, a Sra. Aline Lima de Paula, Defensora Pública, representando aqui a Defensoria Pública do Estado do Ceará; queremos convidar, também, a Sra. Ruth Leite, representando a Pastoral Carcerária; queremos convidar, também, o Sr. José Bento, que é Coordenador do Sistema Penal — José Bento Laurindo de Araújo; queremos convidar, também, a Sra. Maria Izelda, que é Diretora do Instituto Penal Feminino de Fortaleza; e queremos convidar o Sr. Augusto César Coutinho, que é Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários



do Ceará, para que esteja conosco aqui, também; convidar, também, a Maria do Socorro de Oliveira, que é Agente Penitenciário.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agente. Desculpe, então. É Diretora-Adjunta do presídio feminino.

Nós convidamos também o representante do Tribunal de Justiça, que é o Juiz da Vara de Execução Penal de Fortaleza. Até o momento, ele não chegou. Não sei se está presente. *(Pausa.)* Não está presente. O Secretário, Dr. César Cals, que esteve conosco até o momento, foi em casa, acho, rapidinho, só para colocar um terno, e está chegando. Mas nós já registramos a atenção recebida da Secretaria de Justiça, através do Secretário, que nos acompanhou durante toda a visita e não nos causou nenhum impedimento, dentro dos presídios, para visitar as instalações, inclusive com acesso à imprensa, dessas unidades prisionais. Nós queremos parabenizar o Secretário por essa abertura. Sabemos que em muitos Estados há resistência nas visitas aos presídios, principalmente da imprensa, e aqui, no Ceará, nós não encontramos essa dificuldade. Então, sabemos que o Secretário foi muito cortês e atencioso com a Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, queremos agradecer, em nome da CPI, ao Secretário, que daqui a pouco vai estar conosco e vai ter oportunidade, também, de falar sobre o sistema prisional.

Nós temos alguns agentes penitenciários que estão presentes, e talvez farão uso da palavra durante a audiência pública: o Sr. Luiz Aldovânio Jatay Castelo, que é Diretor do Instituto...; temos os Agentes Paulo César Souza; a Maria do Socorro, Diretora-Adjunta, que já está conosco; temos a Analupe Araújo de Sousa, que é Chefe de Segurança de Disciplina do Presídio Feminino.

Nós vamos iniciar os nossos trabalhos. Vamos ouvir representantes de algumas instituições que estão conosco. Nós, hoje, tivemos oportunidade de visitar o Presídio IPPS, aqui de Fortaleza; visitamos também o Presídio Feminino de Fortaleza; visitamos a Casa de Custódia, onde estão os presos provisórios, aqui, de Fortaleza; e também tivemos a oportunidade de visitar um presídio que, se não me falha a memória do nome, é terceirizado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - PPO-II. Então, nós visitamos 4 estabelecimentos prisionais, aqui, da região metropolitana de Fortaleza — não sei se só se fala Fortaleza —, conhecemos algumas experiências boas, algumas experiências ruins, mas nós queremos dizer que a CPI foi criada com o objetivo de fazer um diagnóstico sobre o sistema carcerário no Brasil, um sistema carcerário no Brasil que, temos convicção, é um sistema falido. Com raríssimas exceções, nós temos algumas boas experiências em alguns Estados do País, e nem mesmo essas boas experiências são padrões em todo o Estado. Nós sabemos que o nosso País não tem a pena de morte, mas tem a morte sem pena. Só no ano passado, morreram quase mil presos dentro do sistema carcerário no Brasil. Se nós somarmos os países que aplicam a pena de morte, no mundo, como pena máxima, nós não vamos encontrar, no ano de 2007, nem mesmo a metade das mortes que nós encontramos no Brasil, que não tem a pena de morte como pena máxima. Nós estamos convencidos de que num país onde não tenha prisão perpétua, não tenha pena de morte, e que o condenado, em algum momento, vai deixar a cadeia e vai voltar para as ruas, tenha que voltar ressocializado, ou disciplinado, e recuperado pelo nosso sistema carcerário. Mas nós temos o pleno conhecimento de que o sistema carcerário brasileiro, hoje, não cumpre as suas funções, a função primeira de interromper a trajetória do crime — porque muitos pensam que presídio foi feito só para educar presos. Sabemos que educa o cidadão a família e a escola. E o presídio, o primeiro papel dele é interromper a trajetória do crime.

A sociedade quer ter a sensação, quando um criminoso é preso, de que ele não vai mais tumultuar ou trazer problemas para a comunidade. Nós sabemos que, pelo nosso modelo tanto arquitetônico, como administrativo dos presídios brasileiros, hoje, boa parte dos crimes continua sendo comandado de dentro das cadeias. Não dá para se falar em reeducação, ressocialização nos presídios, que não têm espaço nem para o mínimo. Não adianta você pegar o seu filho e matriculá-lo na melhor escola da cidade, com os melhores professores, com os professores com as melhores remunerações, com o melhor diretor, com o melhor método de ensino, mas se numa sala onde só couber 40 alunos e colocarem 150, o ar-condicionado não vai funcionar, os alunos não vão ficar acomodados, e eles, com certeza, não vão ter rendimento e não vão aprender nada.



Então, falar em ressocializar no Brasil sem, primeiro, falar no aumento de oferta de vagas é jogar palavras ao vento. E durante muitos anos no Brasil foi feito um discurso muito fácil de que não adianta construir presídio e, sim, escola. Muitos governantes não construíram nem escola, nem presídios, e hoje nós temos um déficit educacional e temos um déficit de 220 mil vagas no sistema carcerário no Brasil. Esse déficit de 220 mil vagas é só para redistribuirmos os presos que estão superlotando os bons presídios e os presídios com instalações precárias no País. Se nós levarmos em consideração que 50% têm que ser demolidos, desativados, a necessidade é muito maior.

Então, nós estamos trabalhando a CPI com este objetivo: de quebrar alguns tabus. Um deles é a sociedade entender que investir no sistema penitenciário não é dar regalia para preso. Investir no sistema carcerário é garantir a segurança da população. Nós estamos convencidos disso. Temos a plena consciência de que nem todo mundo que está preso é bandido e criminoso. Tem muita gente que é infrator, cometeu 1 delito na vida. E nem todos que já cometeram infrações e delitos estão presos no nosso sistema carcerário brasileiro. E nós temos muitas pessoas que cometeram infrações, cometeram delitos, mas não são bandidas, não têm a mente marginal. Se tiverem uma oportunidade, como o que vimos ali, hoje, no sistema prisional feminino, onde quase 90% da população carcerária trabalham, têm uma ocupação, e quase 80% estudam, com certeza vamos ter um aproveitamento. E, com certeza, muitas dessas pessoas, como o caso de uma jovem que conhecemos lá no presídio chamada Everline, que foi presa roubando lata de leite Ninho — o marido a abandonou, tem um filho, e foi presa, 2 vezes, roubando lata de leite Ninho para sustentar o filho. É claro que ao entrarmos, também, dentro do sistema carcerário, nós não acreditamos em tudo o que ouvimos e nem descartamos nada do que é falado; nós tentamos apurar tudo aquilo que nos chega até o ouvido, porque sabemos que boa parte das histórias realmente pode ser verdade.

Então, nós queremos dizer às autoridades locais, às instituições que aqui estão acompanhando esta audiência, que a CPI está convencida da necessidade de nós fazermos um diagnóstico. E durante o nosso trabalho, se encontrarmos crimes cometidos por autoridades — autoridades públicas, agentes, funcionários públicos, —, crimes de omissão, ou de participação, ou de facilitação de entrada, de crimes



ou de violência dentro dos presídios, ou de torturas, nós, com certeza, no relatório, vamos indiciar aquelas pessoas onde foi encontrada a culpa nos delitos que foram apontados. No mais, nós queremos ser parceiros dos Estados. Por onde nós passamos, estamos deixando bem claro: queremos ser parceiros do Estado, convencer os Governadores da necessidade de olharem para a população carcerária do seu Estado.

Quanto ao Governo Federal, nós o estamos convencendo da necessidade de fazer uma revisão no Código Penal, de alterarmos a nossa legislação e de investirmos no nosso sistema prisional, principalmente na população carcerária feminina, que cresce muito no Brasil e enfrenta dificuldades. Há problemas também enfrentados pelas crianças que moram dentro dos presídios. Queremos parabenizar, mais uma vez, a diretora do presídio pela creche que tem, ali, ao lado do presídio feminino. É uma creche que, com certeza, permite que as mães possam ficar com seus filhos nos 6 primeiros meses de idade, dentro de um sistema que realmente lhe dê oportunidade de acompanhar os primeiros dias de seus filhos.

Portanto, nós vamos iniciar os trabalhos, neste momento. Não sei se o Relator quer fazer uma saudação, antes de passarmos a palavra à representante da pastoral carcerária, que vai falar um pouco sobre a visão da pastoral sobre o sistema carcerário no Ceará. Se tiver alguma denúncia para fazer, que faça também neste momento; se tiver alguma sugestão para fazer, que faça, também, nesta oportunidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Boa-tarde a todos e a todas.

Creio que o Presidente sintetizou os objetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta Comissão foi requerida por mim, desde o mês de abril de 2007, e só foi instalada em agosto. Mas além daquilo que o Deputado Neucimar Fraga explicou aos presentes, esta CPI não é uma CPI para presos, esta CPI, na forma mais abrangente, é para a sociedade brasileira.

Segundo, nós estamos verificando o sistema carcerário, aí compreendidos todos aqueles que estão presos, mas também aqueles servidores públicos que estão trabalhando com os presos diretamente: os agentes, os policiais militares, os policiais civis, os diretores de unidades prisionais. Também estamos preocupados com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com o Congresso Nacional, porque



sabemos que nesse caos, que é o sistema carcerário, todos têm uma parcela de culpa. Ninguém está isento, por ação e omissão, do estágio lastimável em que se encontram os estabelecimentos penais do Brasil.

O próprio Congresso Nacional ao aprovar leis sem se preocupar com as conseqüências orçamentárias, com as conseqüências estruturais dos estabelecimentos, e outras, também contribui para o clima que aí está. Portanto, a nossa intenção é dar uma parcela de contribuição à sociedade brasileira. Por isso, também elogio a postura aberta do Secretário de Justiça, porque esconder essa realidade é um desserviço ao País. A gente tem que abrir, revelar os problemas. Nós sabemos que o Poder Judiciário tem uma parcela de culpa nesse processo, o Ministério Público também tem, a Defensoria também tem, mas nós também sabemos as condições materiais e humanas do Ministério Público, do Poder Judiciário, defensores públicos muito mal remunerados, sem estrutura, poucos defensores para atender a uma demanda cada vez crescente de pessoas carentes.

Portanto, longe de nós de criminalizar alguém, mas também não é prudente que as pessoas escondam a realidade, uma realidade que está visível. Antes da CPI, ela aparecia da forma mais dramática: quase sempre com rebeliões, rebeliões com mortos, cabeças de presos sendo exibidas em pontas de varas, e a sociedade tendo uma visão animalésca dos presos, porque só via presos rebelados, quando na verdade a maioria dos presos, quando se rebela, é porque não agüenta mais a situação de tortura. A tortura psicológica é permanente, e a tortura física é muito freqüente no sistema.

Portanto, para não delongar, nós queremos aqui, no Ceará, recolher as questões ruins, mas, sobretudo, as contribuições que possam, de forma positiva, ir para o relatório.

Encerro declarando aqui a minha satisfação de encontrar aqui o Padre Marco Passerini, que deu uma grande contribuição para a cidadania no Maranhão. E aqui o encontro na mesma trilha, contribuindo, também, para que este País possa ser um país mais justo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós, neste momento, vamos passar à representante da Pastoral Carcerária, para que possa fazer uso da



palavra — vou pedir à assessoria afastar um pouco este microfone, colocá-lo numa outra posição. (*Pausa.*) Eu queria sugerir que ficasse de frente, aqui no canto, porque dará para todos acompanharem. Aqui é melhor.

Aproveito a oportunidade para também parabenizar o trabalho feito pela pastoral carcerária dentro dos presídios brasileiros; parabenizar todas as instituições: a Igreja Católica e as igrejas evangélicas, que também realizam alguns trabalhos nos presídios brasileiros.

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Boa-tarde a todos os agentes penitenciários, nossos — eu os chamo de colegas, porque, na verdade, eu não sinto, principalmente na gestão do Deputado Marcos Cals, como o senhor falou, dificuldade em me relacionar com ninguém do sistema. Isso é história, é passado. Hoje, a gente tem um relacionamento muito bom com o sistema, um relacionamento muito aberto.

Então, saudando a todos, eu queria dizer, em primeiro lugar, que denúncias, a Pastoral já faz há muitos anos. E as nossas denúncias sempre caíram, foram esvaziadas, por muitas razões. Então, vamos continuar fazendo as denúncias, claro, mas estamos mudando um pouco o perfil da nossa ação. Estamos partindo agora para o trabalho. Então, se a gente pode colaborar com o sistema, a gente vai colaborar. Então, por isso a gente está fazendo. Já temos 2 projetos em andamento: um já está começando a funcionar de verdade, que é o Projeto Reconstruindo a Liberdade.

O Projeto Reconstruindo a Liberdade tem uma parceria, uma ação conjunta da Secretaria de Justiça, da Defensoria Pública, da Pastoral Carcerária e das universidades. Esse projeto multiplica a ação da Defensoria Pública. A Pastoral Carcerária, nas visitas e nas filas dos presídios, colhe os dados, envia para a Defensoria; a Defensoria distribui nas faculdades com a ajuda da Secretaria de Justiça; a Secretaria de Justiça facilita a captação da documentação, das certidões carcerárias, e a gente faz, através das faculdades, os pedidos necessários. É o Projeto Reconstruindo a Liberdade muito bem resumido. Já está começando a funcionar, e a gente está com muita esperança. Nós estamos trabalhando muito.

Então, eu acho que o tempo da denúncia pela denúncia, o tempo da denúncia de: “*Você tem que fazer isso, o outro tem que fazer aquilo*”, esse tempo já está



ultrapassado. A gente tem que realmente arregaçar as mangas e trabalhar, até porque a sociedade é a maior culpada da violência. A própria sociedade é quem produz a criminalidade. É a sociedade quem mais segrega, quem mais discrimina. Então, é a sociedade que tem de trabalhar para reverter esse quadro. Então, enquanto a sociedade não se sentir responsável — a sociedade geral mesmo, todo mundo —, não se sentir responsável, contribuir de alguma forma para mudar a situação, não adianta fazer muita coisa, nem denunciar, porque não vai ter efeito. Então, esse é o nosso primeiro ponto.

Segundo, nós não acreditamos muito no aumento de vagas, porque aumentar vaga é mandar um recado para as autoridades do Judiciário e do Ministério Público: *“Podem prender, prendam mais.”* Então, essa visão, nós somos contrários não porque a gente quer soltar preso, de forma alguma, mas é porque aqueles que têm condições de sair, ou porque são primários, já passaram ali os 81 dias, já têm condições de responder ao processo em liberdade, devem ser colocados em liberdade. Nas casas de custódia, a maioria são primários, a maioria só cometeu um crime e está lá, tendo que conviver com aquilo, passando até 10 meses, um ano, um ano e tanto numa situação daquela. Quer dizer, para a sociedade é muito pior que a pessoa fique presa do que fique solta, porque a possibilidade de ela se recuperar presa é muito menor do que ela estando solta. Essa é a nossa opinião.

Então, não adianta fazer vaga, não. Adianta fazer bem o que tem que ser feito, fazer correto, seguindo a lei. Nós somos defensores da Lei de Execução Penal. Na APAC, lá em Minas Gerais, os senhores já devem ter ouvido falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fomos lá semana passada.

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - ...com certeza, 92% de recuperação. Por quê? Porque eles cumprem a Lei de Execuções Penais. É muito boa a Lei de Execuções Penais. Agora, sem cumprir a lei, fazendo de conta que cumpre a lei, ou então cumprindo só apenas nos aspectos da repressão, não cumprindo os direitos dos presos, realmente se torna um tiro pela culatra. A sociedade só vai perder com isso. Então, nós somos contra construir presídios, construir presídios, construir presídios. Quem vai trabalhar nesses presídios? O Estado tem condições de pagar o pessoal? Nós sabemos que o Estado do Ceará enfrenta terríveis dificuldades quanto a isso.



Os agentes penitenciários não são, não cobrem o número de vagas necessárias. E construindo mais, mais e mais vai resolver? Vamos ver realmente quem precisa ficar preso. E a utilização das penas alternativas? Por que os juizes não enfrentam esse problema? Por que não capacitamos a sociedade para acolher essas pessoas em penas alternativas? Então, existem muitas outras opções, antes de se prender, que não são utilizadas.

Faço a defesa da Defensoria Pública, porque a Defensoria Pública faz tudo o que pode, mas um número de 1.400 presos para 2 defensores é impossível! Não tem o que fazer, não! Eles fazem, mas não tem como acompanhar. Faço a defesa. A culpa não pode ser dada à Defensoria Pública de jeito nenhum.

Quanto à administração do sistema, também é a mesma coisa, só aumentou. Tem até uma história na Secretaria de Justiça: eles dizem que há 30 anos tinha um determinado número de servidores, no total, na Secretaria de Justiça. Hoje, tem a metade, e o número de presos é muito maior do que o que era na época. E aí, quem é o responsável? Os operadores diretos do sistema penitenciário são os responsáveis? Não sei se são.

Tenho a dizer também que nós somos muito preocupadas com o Poder Judiciário, no geral, a Pastoral Carcerária, porque nós não temos acesso à Vara de Execuções Criminais; nós não somos recebidos na Vara de Execuções Criminais. Nós marcamos reunião para falar do Projeto Reconstruindo a Liberdade para dizer: *“Olha, sua demanda vai aumentar, porque nós vamos multiplicar o atendimento.”* Aí sabe o que eles falaram? Marcaram, confirmaram, nós fomos e não tinha ninguém. Quer dizer, existe, assim, uma fuga. Quando é para se falar do problema, existe uma fuga muito grande. Não quero dizer: fulano é culpado, beltrano. Pode ser muito ruim, mas é a instituição. Cadê o Poder Judiciário? Por que ele não está aqui? O Poder Judiciário tem grande parcela de culpa nesse aspecto. O Ministério Público, a queixa que eu tenho é de não estar mais presente nos presídios. Eles tinham de estar lá dentro. E quando a denúncia chegava, não precisava ser uma denúncia escrita. Eles não estão vendo na televisão a coisa acontecendo? Não estão vendo as pessoas morrendo dentro do sistema? É função deles. Eles são fiscais. Não precisava a gente estar denunciando e assinando. Não! Eles têm que ir lá e fazer o que tem que



fazer. É obrigação deles. Eu tenho muitas queixas nesse sentido. Eu acho que o Poder Judiciário e o Ministério Público deveriam ser mais atuantes.

E, por fim, queria reforçar o Projeto Reconstruindo a Liberdade e o Projeto Themis. São 2 projetos da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará que a mim me parecem revolucionários. Eles, com certeza, multiplicam a ação da Defensoria e dão condições de um atendimento mais humano, um atendimento mais próximo e um atendimento mais integral em relação à família, em relação à família do preso, em relação à vítima, em relação... Depois a Aline vai falar melhor dos 2 projetos. Mas, enfim, é isso. Se vocês perguntarem: Tem gente que está passando da pena? Provavelmente, sim. E eu conheço, vi alguns casos? Vi, já tentei encaminhar, mas todo mundo tem dificuldade para resolver o problema. Perguntar se tem gente em semi-aberto que está preso, no fechado, tem. Mas, aí, o sistema não consegue liberar, por quê? Porque as cartas de guia não chegaram na execução. Aí tem que esperar chegar. E quem é que vai atrás? Se tenta ir atrás, mas não é uma coisa muito fácil de fazer diante do número. Falta uma atenção maior nesse aspecto. As irregularidades existem, mas só se pode fazer com ajuda de todos. Estou à disposição para qualquer pergunta. Eram essas.

Quero agradecer a oportunidade de a gente, vamos dizer assim, fazer esse desabafo. Repito: nós não estamos mais gastando muito tempo com denúncia; estamos gastando muito tempo com trabalho. E era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós agradecemos.

O Presidente teve que se ausentar. Nós assumimos aqui o papel da Presidência.

Antes de passar a palavra e fazer alguns questionamentos, quero registrar a presença do Deputado Augustinho Moreira, do PV. Seja bem-vindo e obrigado pela audiência.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Sr. Relator, antes de avançar para as perguntas — com certeza o Relator vai encaminhar —, eu gostaria, com a ausência do Presidente, que o Relator pudesse solicitar à Secretaria da CPI para encaminhar ao Presidente da Casa uma solicitação para que esta audiência seja reproduzida ao vivo. Acho que seria muito interessante. Chegou um Deputado Estadual que poderia nos ajudar nessa interlocução com o Presidente da Casa, que através da TV



Assembléia pudéssemos ter a transmissão ao vivo dessa audiência que está sendo realizada, que, acho, é muito esclarecedora, conscientizadora. Então, que pudesse ser providenciado um ofício solicitando a transmissão ao vivo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Porque não estava sendo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A Presidência acolhe o requerimento da Deputada Cida Diogo. Pediríamos aqui ao Deputado Augustinho Moreira, se pudesse contribuir, porque é importante que a sociedade acompanhe e que a gente ganhe a sociedade para esta causa que é de todos. Registramos a presença do Secretário de Justiça, que já retornou ao Plenário. Em breve S.Sa. vai estar conosco prestando informações.

Queria perguntar à Sra. Ruth: a senhora tem dados, a Pastoral Carcerária, ela atua só aqui na região metropolitana de Fortaleza, ou atua em todo o Estado?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Em todo o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora tem informações sobre casos de doenças no sistema carcerário? Se a senhora tiver, que tipo de doenças, se tem havido mortes por conta delas, de doenças no interior dos estabelecimentos?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Temos. Nós temos sim informações. Agora são informações nos passadas pelas famílias dos presos, não confirmadas por nós. Quando a gente consegue, porque a dificuldade do trabalho é grande, é geral. Então, a gente entra em contato com a COSIPE, pede ajuda da COSIPE, e muitas vezes a gente consegue transferir aquele preso ou outro. Já vi preso baleado no pé, já ouvi família se queixando de preso vomitando sangue, mas são coisas que a gente não pôde confirmar.

Então, eu não posso dizer: é, o nome do preso é esse e ele está no lugar tal. Mas a gente sabe que existem muitas dificuldades de atendimento médico, por exemplo, principalmente nas CPPLs, por conta do contingente, dos servidores que são poucos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós constatamos no primeiro estabelecimento que visitamos, houve muitas queixas dos presos a respeito de maus tratos, principalmente por parte da Polícia Militar. A senhora tem informações da Pastoral sobre maus tratos em outros presídios?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - A gente sabe, mas aquela denúncia que não é assinada. Então, a gente sabe, por exemplo, que eles muitas vezes preferem não ir, não dizer que estão doentes, para não ter que serem escoltados, porque a Polícia vai batendo e volta batendo, ou então vai entortando os dedos, até, eles dizem muito que a Polícia faz isso com os dedos. Mas a gente diz: "*Você assina essa denúncia?*" Eles dizem: "*Não tenho coragem, porque tenho medo da represália.*" Eles dizem muito isso, que a Polícia bate, e bate sem dó. Mas a gente não tem como provar, porque eles não assinam com medo de uma represália maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nos estabelecimentos que visitamos hoje, a ausência de visitas do Ministério Público e do Poder Judiciário foi confirmada por todos os presos. Foram muitos que nós contactamos. No interior do Estado, essa ausência também ocorre?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Acredito que ainda seja maior a ausência, ainda seja maior. Porque no interior do Estado, as dificuldades são obviamente maiores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós também constatamos, no presídio feminino, uma presa que estava presa num estabelecimento com mais seis homens. Ela acabou engravidando de um desses presos. A senhora tem conhecimento da existência de mulheres presas em estabelecimentos masculinos?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Não. Não tenho. Houve aquele caso de Itarema, mas a gente sabe que hoje elas estão... Era no semi-aberto. Nós não presenciamos. Fomos visitar algum tempo antes, mas nós não podemos dizer que sim ou que não porque não foi presenciado por nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora falou que a Pastoral mudou de método...

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Não abandonou a denúncia, mas a gente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Mas está priorizando as... Quais são as sugestões que a pastoral tem para que a CPI possa recolher para contribuir para a humanização do sistema?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Chamar a sociedade civil para participar ativamente do processo de ressocialização do preso, como acontece na APAV — na APAV, não —, na APAC. Sem a participação ativa da sociedade, não existe ressocialização. Como é que se pode introduzir na cabeça da pessoa a necessidade de respeitar uma sociedade, se a sociedade não está ali junto, se não está contribuindo, se não está ensinando, se não está dando o apoio necessário para a pessoa se ressocializar? Se a sociedade segrega, ele vai se sentir segregado e não acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora sabe se tem os conselhos da comunidade nas varas de execução?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Aqui, em Fortaleza, não há conselho da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Então, o Estado não tem?

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - O Estado tem em algumas cidades do interior. Mas, em Fortaleza, não tem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos registrar a presença do Secretário de Justiça, a quem convidamos para estar conosco aqui na mesa, o Deputado e agora Secretário de Justiça do Estado do Ceará, Sr. Marcos César Cals de Oliveira.

Neste momento, vamos ouvir uma rodada dos nossos convidados, aqueles que desejam fazer uso da palavra; depois, vamos passar a palavra para os Parlamentares, para que possam fazer as perguntas direcionadas aos convidados que aqui estiverem conosco.

Vamos passar a palavra neste momento, pelo tempo de 5 minutos, para o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Sr. Augusto César Coutinho.

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Boa-tarde a todos aqui presentes e nossas boas-vindas para a Comissão que veio de Brasília fazer esta discussão.



Queremos também, inicialmente, entregar este dossiê que fizemos do último ano do sistema. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI recebe e solicita à Secretaria que o anexe aos depoimentos e demais documentos que serão colhidos aqui na nossa oitiva.

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Esse dossiê, esse material é um material farto que vai expressar a real situação do sistema penitenciário do Estado do Ceará, que vem, lamentavelmente, nos últimos anos, do ponto de vista da violência, aumentando cada vez mais aqui no sistema penitenciário. Fato este de violência que vem acontecendo e se agravando não só com os presidiários.

Segundo pesquisa que fizemos, só no último ano, foi registrado o assassinato — inclusive neste momento que estamos nesta audiência —, no IPPS, que os senhores visitaram, já tenho a informação oficial que um preso já foi assassinado naquela unidade penitenciária, já é oficial este número, podendo a chegar a mais presidiários assassinados.

Então, esse número já chega a 27 presidiários assassinados só aqui na Região Metropolitana de Fortaleza, envolvendo 4 unidades prisionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Este ano?

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em 2008?

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Não. Do período de 2007, o período de um ano. Já estão registrados, e todos esses dados que estou apresentando estão contidos nesse dossiê que nós apresentamos a esta Comissão. E essa violência que está estabelecida entre os próprios presidiários está se estendendo ao conjunto dos servidores do sistema penitenciário aqui do Estado do Ceará.

A Polícia Civil, recentemente, através de uma provocação até do Ministério Público, estabeleceu um inquérito policial e está concluindo que há o que nós denominamos aqui no Ceará de um consórcio de mortes. Os presidiários estariam ou estão se organizando criminosamente para eliminar alguns agentes penitenciários que estão, de certa forma, exercendo suas atividades e coibindo o crime organizado no presídio, fato este registrado. Aqui, 3 funcionários do sistema penitenciário foram assassinados no último ano, de 2007 aos dias de hoje.



Então, nós queremos afirmar tranqüilamente que há uma violência exacerbada hoje no sistema penitenciário, que está ocasionando não só assassinatos de presidiários, mas também de servidores que estão inclusive sendo ameaçados e até afastados das suas unidades respectivas de trabalho por não terem condições de segurança de trabalho.

Queremos dizer também que esse consórcio de mortes que está sendo confirmado pela investigação da Polícia Civil, tem como uma das causas, como já falei aqui, o trabalho que vem sendo realizado com as descobertas de túneis e formações de tráfico de drogas aqui no presídio do Estado do Ceará. No nosso depoimento — porque estou aqui também como depoente —, nós confirmamos que aqui no Estado do Ceará, em unidades prisionais de Sobral, no caso, na mesma unidade masculina, há 38 mulheres presas na mesma unidade prisional. Elas estão apenas separadas por uma ala, mas estão numa mesma unidade prisional aqui no Estado do Ceará.

Essa informação das condições de trabalho dos agentes penitenciários, que estão constantemente sendo ameaçados de morte, nós temos um número muito irrisório de servidores públicos de um contexto de modo geral. Eu quero atentar aqui para o fato de que, no caso dos agentes penitenciários, o número não é suficiente para essa demanda penitenciária aqui do Estado. E, estranhamente, ao mesmo tempo, há um concurso já concluído, com funcionários, com candidatos aprovados, e o Governador do Estado não define a nomeação do restante deste pessoal, já que há uma carência enorme para se trabalhar. Sem contar a questão do piso salarial dos agentes penitenciários, que hoje, pela pesquisa que levantamos em todo o Brasil, é o pior salário do Brasil pago a trabalhador do sistema penitenciário. Hoje, os agentes penitenciários têm como salário base algo menor que o salário mínimo, chegando, com todas as gratificações, incluindo risco de vida, o salário inicial de 936 reais. E, infelizmente, não há uma sinalização do Governador do Estado de adotar uma política salarial adequada não só aos agentes penitenciários, mas a todos os servidores públicos que trabalham no sistema penal.

Então, nós gostaríamos inicialmente de apresentar essas informações e dizer que esse nosso dossiê é um documento levantado ao longo desse último ano, fazendo referência somente ao ano de 97 e aos dias atuais.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Sr. Augusto César Coutinho, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Ceará.

Passamos a palavra nesse instante ao representante do Ministério Público, Sr. Francisco de Assis Oliveira, que é promotor de Justiça.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA - Boa-tarde a todos.

Em princípio, gostaria de dizer da satisfação de estar aqui representando a Procuradoria-Geral de Justiça e, em particular, a Comarca de Aquiraz, onde se encontra instalado o IPPS, presídio que hoje conta em torno de mil, duzentos e poucos presos, quando a sua capacidade é para novecentos e poucos presos.

Eu queria dizer à Comissão que não há a responsabilidade imputada ao Ministério Público pelo eventual caos que atravessa o sistema carcerário no Ceará. O Ministério Público não tem a chave do cofre. O Ministério Público não pode nomear funcionários, e as atribuições do Ministério Público, todas elas, estão sendo cumpridas. Todas as vezes que existe uma ocorrência no interior do IPPS, por menor que seja, no momento em que o Ministério Público toma conhecimento, no caso, a minha pessoa, tenho encaminhado pedido de instauração de inquérito. O Presidente do sindicato tem ciência disso, porque as vezes que ele me procurou, em todas elas, foram encaminhados os requerimentos.

Agora, eu queria que ficasse registrada aqui a gravidade da informação prestada pela Dra. Ruth sobre os possíveis maus-tratos aos presos por parte quer da Polícia, quer de qualquer servidor público. Quero dizer a V.Exa. que, a partir de agora, eu vou fazer um requerimento para o Secretário de Segurança para instaurar um inquérito, vou requisitar ao Instituto Médico Legal que, se tiver condições, faça exame de corpo de delito em todos os presos. E gostaria, inclusive, da cooperação da Dra. Ruth para aqueles casos, ainda que não tenham sido registrados por ela, que ela me mande, para que a gente possa fazer uma apuração mais profunda. Porque aquelas mortes que têm ocorrido no IPPS, todas elas, estão sendo apuradas. Infelizmente, os presos costumam negar quem praticou o crime, e fica muito difícil, porque aquele que indica quem fez o crime está correndo o mesmo risco de morte do que aquele outro. A nossa dificuldade na comarca para punir os



crimes ocorridos no interior do IPPS é justamente essa. O preso chega, às vezes — vamos usar o termo — escalado para assumir o crime e, quando chega na instrução criminal, ele nega. E, negando, não se pode fazer nada. Não existe autoria plena apurada.

Agora, o Ministério Público tem visitado a cadeia pública de Aquiraz 1, 2, 3 vezes por mês. Na realidade, a nossa obrigação é ir uma vez por mês, de acordo com a lei orgânica do Ministério Público. Nós não visitamos o IPPS, porque é uma divisão de funções. O IPPS para nós lá, é apenas a parte criminal, a parte administrativa fica subordinada à Vara das Execuções Criminais, em Fortaleza.

Agora, com relação ao excesso de presos, não é privilégio do Estado do Ceará. É todo o Brasil, com raras exceções, como V.Exa. disse. Agora, é preciso que também as autoridades do Poder Executivo não olhem só para a questão do sistema carcerário, é preciso que olhem também para aqueles que estão fora dos presídios, para evitar que eles trilhem o mesmo caminho daqueles que estão lá dentro. Agora, de todos aqueles presos, ou quase todos aqueles presos que estão no interior do IPPS, nenhum está condenado a pena menor do que 8 anos. E muitos deles, muitos, são considerados reincidentes. Quem assiste aqui aos programas televisivos — e temos inclusive um Deputado que é repórter policial, ele entrevista as pessoas e diz: *“Mas fulano, está com 15 dias que eu lhe entrevistei aqui, você foi preso?”*, e ele diz: *“Não, já fui solto”*. Então, vivem com a reincidência. Então, para reingressar o preso na sociedade, é preciso que se faça um trabalho de base. E desse trabalho de base eu não tenho conhecimento, como toda sociedade não tem conhecimento. Há falta de emprego, falta de educação, falta de saúde. Então, se não se der condições de vida a esses que estão fora, aqueles que encontram facilidade no crime certamente caminharão para o crime.

Então, fica aqui o meu apelo à Comissão, e queria deixar registrado que, se amanhã a Comissão ainda estiver aqui, levará um ofício meu, uma cópia do requerimento que estou fazendo — e tenho certeza de que contarei também com grande parcela de contribuição do Dr. Marcos Cals, do Dr. Bento e de todos aqueles que fazem o sistema carcerário do Estado do Ceará — para que fatos dessa natureza, se é que ocorreram, sejam apurados na sua plenitude, e punidos os responsáveis.



Mais uma vez, eu digo: no meu entendimento não há nenhuma responsabilidade do Ministério Público em relação ao caos eventualmente existente nos presídios do Ceará. Mesmo porque ele se refere à falta de funcionários, que é patente, nós temos 1.297 presos hoje no IPPS, e temos aproximadamente 15 agentes ou 20. Não há a mínima condição. É um mundo o IPPS! É um mundo! Agora, ressalto também que não tenho conhecimento de nenhuma ocorrência no interior do presídio feminino, que também está encravado na nossa área lá. Eu não tenho conhecimento.

Então, é preciso que a Comissão também olhe para o lado da sociedade e, no relatório, não sei se será possível, faça essa ressalva, porque é preciso fazer com que aqueles que estão fora dos presídios não sejam induzidos, pela facilidade que os criminosos encontram de praticar crime, a ir para o lugar deles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao representante do Ministério Público, o promotor de Justiça que fez uso neste momento da palavra e que deixou aqui uma prestação de contas do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público do Estado e a visão que o Ministério Público tem em relação ao sistema carcerário do Estado do Ceará.

Queremos passar a palavra agora à Sra. Aline Lima, representante da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - É um prazer estar aqui na presença dos senhores para falar do problema do sistema carcerário. É sempre com tristeza que a gente vem abordar esse assunto.

Há aproximadamente 4 anos, eu trabalho no IPPS, estou dentro do sistema penitenciário nesse período, e não há como não se envolver com a problemática, principalmente sendo um defensor público, numa estrutura como era a estrutura do IPPS, em que oscilava em torno de 1.400 a 1.800 presos nesse período em que eu estive lá, com 2 únicos defensores públicos para todo esse contingente. Atualmente, com a nova gestão da Defensoria, nós já somos 5 defensores lá, e estamos procurando reestruturar a Defensoria Pública para dar uma assistência melhor.

Eu discordo em um ponto do Dr. Marinho no que se refere a não responsabilizar essa ou aquela instituição. Eu acho que todos nós somos, de certa



forma, responsáveis pela estrutura que está posta, Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário, sociedade civil como um todo, Executivo, todos nós temos uma parcela de contribuição, não pessoalmente, mas enquanto instituição, porque nós trabalhamos no déficit constante de pessoal, de estrutura, somos mal remunerados, as dificuldades são inúmeras.

As situações de violência que se abordam aqui é bem possível que ocorram e ocorram porque nós não temos acesso direto lá dentro, constantemente. Então, essas situações podem ocorrer e passar completamente despercebidas pelas instituições. Quando chega ao conhecimento de instituições, tenho certeza de que o Ministério Público apura e verifica, mas chegar ao conhecimento é que, às vezes, esse trâmite não nos chega. Então, isso pode acontecer, sim, dentro do sistema penitenciário.

Agora, a Defensoria pública tem se juntado, tem se unido a grupos de pessoas preocupadas com o sistema carcerário, e já há uns 2 anos nós formamos um núcleo informal — e isso seria aqui, no caso, uma das propostas que nós damos de soluções, porque nós perseveramos na idéia das soluções, e não tão-somente na preocupação com os problemas por serem os problemas, mas em tentar resolvê-los, com todas as nossas deficiências.

Há algum tempo, pessoas preocupadas com o sistema carcerário, no caso a Defensoria pública, o próprio Ministério Público, agentes da Pastoral Carcerária, agentes penitenciários, médicos do sistema penitenciário, assistentes sociais, formamos um grupo informal que se chama Núcleo de Estudos Permanentes de Políticas Penitenciárias. Trata-se apenas de um fórum. Eu me esqueci de falar da Pastoral Carcerária, que também está presente. Ao longo de 2007, tivemos várias reuniões quinzenais informais, fora do horário de trabalho nosso, nas sextas-feiras, para discutir o sistema, e esse núcleo já produziu bons frutos, como perseverar na criação de uma escola de formação de agentes penitenciários para ressocialização. Esse núcleo conseguiu, ainda na gestão anterior, no apagar das luzes, com muito esforço, que fosse instituída essa escola, criada essa escola, e ela já é criada por lei, e nós estamos agora num trabalho extra aos nossos ofícios, nos reunindo constantemente na Secretaria de Justiça para discutir a estrutura dessa escola, o currículo dessa escola, a formação dessa escola, que é, repito, para a formação de



agentes para ressocialização. O foco, o objetivo é esse. Isso é uma ação positiva da Defensoria pública. Outra ação por que a gente também tem lutado, junto com a formação de parcerias, e a Dra. Ruth já falou disso, é o Projeto Reconstruindo a Liberdade e o Projeto Themis. São 2 projetos da Defensoria pública, em que a gente tem conseguido ter a grata satisfação de formar parcerias sólidas, como foi desde o início o apoio que o Secretário de Justiça deu, ainda no ano passado, comprou a idéia do projeto e viabilizou, enquanto Secretaria de Justiça, a execução desse projeto, e a Defensoria veio agregar a Pastoral Carcerária, e hoje nós já temos 6 instituições de ensino superior privadas de nome na cidade que aderiram e se conveniaram ao projeto.

Essas instituições estão permitindo que a gente dilua o nosso atendimento, e que nós, que somos poucos ainda, possamos dar uma atenção maior à Vara de Execuções Penais no acompanhamento dos pedidos. Até há bem pouco tempo, a Defensoria Pública se restringia a atender um número limitado de casos, muito aquém da necessidade da população carcerária, ajuizar os pedidos, e nós não tínhamos estrutura para acompanhar, para verificar o que acontecia. E, infelizmente, nós tínhamos um problema — e nós esperamos já estar solucionado —, que era a falta de intimação pessoal dos defensores públicos. Nós, defensores públicos, temos por lei a prerrogativa de ser intimados pessoalmente de todos os processos nos quais nós oficiamos. No entanto, isso não vinha acontecendo, dificultando ainda mais o trabalho da Defensoria Pública, porque nós não tínhamos estrutura para acompanhar, e uma prerrogativa nossa que nos viabilizaria fazer o acompanhamento não era cumprida e, portanto, nós não tínhamos como dar esse acompanhamento regular. E, mais: o *feedback*, o retorno, que é quando a gente faz o pedido e, ainda que negado, a gente dá uma satisfação ao recluso, que era sempre uma preocupação da Defensoria, e isso feito de uma forma deficitária.

Todas essas dificuldades nós detectamos e encontramos os principais gargalos desse nosso trabalho e, em conjunto, pensamos o Projeto Reconstruindo e o Projeto Themis. O Reconstruindo, voltado exclusivamente aos presos condenados de todo o sistema, já está em funcionamento desde o ano passado. A Pastoral Carcerária já capacitou 40 agentes da Pastoral Carcerária para fazer uma triagem desses casos, sob a orientação da Defensoria Pública. Nós elaboramos um



questionário, eles vão com questionário dirigido, levam os casos até nós; a Secretaria de Justiça, através de uma central de certidões criada para esse projeto, viabiliza a captação das certidões com mais agilidade. E isso é encaminhado, um dossiê, um documento de cada preso que atendemos, para um aluno de prática jurídica na faculdade. Esse aluno, sob a orientação do professor, numa cadeira de estágio, analisa a questão e cadastra as informações num sistema de informática desenvolvido pela Defensoria Pública. Esse sistema permite cadastrar todas as informações jurídicas processuais, tempos de prisão e condenações e permite cadastrar providências, registrar providências. E o programa nos permite ainda que, quando ele não tem tempo naquela data de auferir algum benefício, você assinale a data provável do benefício e, aproximando-se aquela data, fica a rotina laranja, e, quando ultrapassa aquela data, vermelha, o que viabiliza a gente, defensor público do Núcleo de Execução Penal, acompanhar isso mais de perto. E, depois de ajuizado o pedido, fazer o acompanhamento na Vara de Execuções Criminais, voltando a Pastoral Carcerária, que iniciou todo o processo, a dar o retorno à família ou ao recluso. Então, esse é um projeto muito interessante que a gente tem e que quer sugerir.

O outro projeto é o Themis, voltado a presos provisórios da Defensoria Pública: é a perspectiva de uma Defensoria Pública de plantão. Não obstante todas as nossas dificuldades, que incluem pessoal, estrutura e remuneração, o que permite a grande evasão dos defensores públicos, sempre estamos com o contingente baixo, porque eles migram para outras carreiras jurídicas mais vantajosas, ainda assim, criamos esse projeto. O Themis vai atender os presos provisórios assim que eles são presos, desde o flagrante até a prisão, averiguando a regularidade daquela prisão. E, de outra sorte, fazendo o acompanhamento e a assistência não só jurídica, mas também social da vítima, juntando parcerias também com associações de proteção às vítimas. É a Defensoria trabalhando sob essas 2 perspectivas, a do preso e também a da vítima.

Só para concluir, reforçando a questão de que o problema é de todos, basta dizer também da nossa concepção de estrutura, que vemos como uma estrutura subdimensionada, tanto na Defensoria Pública para o sistema penitenciário, devido à falta de defensores, como da própria estrutura do Judiciário. Hoje, na Vara de



Execuções Criminais, há um juiz na Vara de Execuções Criminais, e os processos vão de 9 mil a 12 mil processos nesse intervalo. Para um juiz da Vara de Execuções é desumano. Eu acho que precisa se ter uma atenção maior, voltada à reestruturação disso, e passa pela reestruturação do Judiciário a solução desse problema, porque nós nos deparamos com casos de pessoas que já têm direito à progressão do regime, mas fica difícil a gente conseguir essa progressão no tempo real, por conta de todas essas dificuldades.

Era mais ou menos isso que eu queria colocar, e me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós queremos agradecer à Dra. Aline, representando a Defensoria Pública. V.Sa. pode se sentar e, logo após ouvirmos todos, a Comissão, com certeza, vai fazer algumas perguntas a V.Sa.

Queremos convidar o Sr. José Bento de Araújo, que é Coordenador do Sistema Penal. S.Sa. tem 5 minutos para expor suas idéias.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Sr. Presidente, em nome de quem saúdo os demais da Comissão, Sr. Deputado Augustinho Moreira, diretores aqui do nosso sistema, colegas agentes penitenciários, defensores públicos, enfim, toda a platéia, eu queria parabenizar aqui as palavras que inauguraram o início da solenidade e que praticamente o Presidente da Comissão pouco deixa para que a gente possa falar, pelo conhecimento que já assimilou nessa trajetória dos 11 Estados já visitados, juntamente com toda a Comissão.

Mas, na qualidade de Coordenador do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, a gente tem de assumir algumas dificuldades, algumas falhas que o sistema realmente corrói, existem, mas também a gente tem de louvar, tem de registrar algo também de importante aqui do sistema. E é claro e é notório — e aqui ousou discordar um pouquinho da colega Aline, quando ela diz que fica triste quando vai falar do sistema prisional; eu já fico feliz, porque vejo sempre uma luz, uma perspectiva de melhoria no amanhã. Então, com todo o respeito, Dra. Aline, eu tenho esse entendimento, e vejo isso aqui como uma luz, uma luz por que passam e vêm, ou poderão vir, algumas diretrizes lá de cima, lá do Congresso Nacional, da União, que é quem detém esse poder, essa força através do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Departamento Penitenciário Nacional, trazerem essas diretrizes para todos os Estados da Federação.



Então, por mais leigo que seja o ser humano no Brasil, se perguntarem as mazelas do sistema prisional, acho que ele vai saber dizer. Primeiro: a superlotação existente nos presídios brasileiros, a superlotação; a falta de conhecimento, o Brasil não conhece o preso que tem, Brasil não conhece o seu preso. Hoje há 422 mil presos. Qual o perfil desse preso? Nós sabemos na íntegra, através de um censo bem elaborado, com todos os Estados da Federação? Fico à vontade para dizer isso para os senhores, porque, no último censo, quando eu fui provocado para dar algumas informações da unidade que eu dirigia na época e eu não tinha essas informações, me telefonaram dizendo: *“Eu tenho que mandar isso para Brasília, chuta”*. E eu tive de chutar, e assim foi esse censo, o último realizado no Brasil. Então, nós não conhecemos os nossos presos. Dizer que temos 85% a 90% de reincidentes, reincidentes o quê? Que reincidência é essa? É a reincidência carcerária ou é a reincidência penal à luz do Código Penal? Então, a gente precisa conhecer mais um pouco. O preso é pobre? Será que hoje 99%, como dizem, dos presos são realmente pobres, tecnicamente pobres, analfabetos? Pelo menos o nosso não sabemos. Então, eu queria dizer para os senhores que, mais ou menos, nós temos 12.326 presos hoje no Estado da Federação, mais 225 em delegacias de polícia no interior do Estado e temos no giro, porque esses presos não estão sendo geridos por nós, e temos no giro 720 presos em delegacias de Polícia aqui na Capital alencarina e Região Metropolitana.

Nós temos — e precisamos registrar isso — que final de 2006 e começo de 2007, zeramos, não deixamos nenhum preso em delegacia de polícia, em dezembro de 2006 e em janeiro de 2007, e já temos hoje no giro 720 presos em delegacias. Então, a coisa está errada, estamos andando na contramão. Mas é preciso que se diga também o que se pode esperar de uma comunidade dessa, que, ao chegar no cárcere — e isso é regra —, é colocada dentro de uma cela com 10, 15 homens, e ali está o esturador, está o estelionatário, está o homicida, está o traficante, enfim, tem de tudo. Muitas vezes, esse homem é primário, cometeu um pequeno furto aqui no centro da cidade, e ele é colocado lá dentro com essa gente.

É preciso perguntar também, questionar, o que se pode esperar de um preso que chega ao cárcere e, só depois de 60, 90, 120 dias, vai ter acesso a um juízo para prestar um depoimento, quando, muitas vezes, o delito praticado é afiançável, é



afiançável, muitas vezes para falar com o defensor público, não por culpa da Dra. Aline, do pessoal da Defensoria, mas porque não há essa estrutura, o Estado brasileiro não tem essa estrutura. O que se pode esperar para uma escolha de um diretor de presídio, levando aqui, por parte, o Estado do Ceará, que ganha aproximadamente 1.300 reais líquido? Talvez nem chegue a isso. E esse profissional se dedica, não pode exercer outra atividade, trabalha o dia todo, todo dia e, segundo a LEP, tem até de morar dentro da prisão ou em suas adjacências. Então, o que se pode esperar num Estado brasileiro desse em que o preso não tem sequer a condição de dormir e, muitas vezes, de usar um sanitário, porque a própria cela onde ele está residindo não oferece esse mecanismo mínimo? O que se pode esperar desse preso que, muitas vezes, passa 2 anos, 3 anos e depois de 3 anos vai ao crivo do tribunal do júri, e a própria Justiça diz que aquele homem é inocente? Quanto há aí de jurisprudência, de doutrina, que diz que o preso deverá ser processado e julgado em 81 dias? Na prática, a gente sabe que isso é humanamente impossível.

Nossas dificuldades. Numa comarca como Fortaleza, numa Vara de Execuções Criminais tem condições de um juiz trabalhar com 12 mil processos, como é a vara aqui, 12 mil aproximadamente, aqui a Vara de Execução Penal em Fortaleza, um único juiz com 12 mil, aproximadamente 12 mil processos? Por mais que ele queira, que ele seja assíduo, que ele seja trabalhador, leve processo para casa, é humanamente impossível trabalhar. Nós só temos uma defensora pública na Vara de Execuções — não é Dra. Aline? Corrija-me —, uma defensora pública na vara. No IPPS, com 1.300 presos aproximadamente, há 2 defensores públicos. Então, nós precisamos entender que o sistema penal, não o sistema penitenciário, ele envolve tudo isso, desde o delegado que efetivou o flagrante até o dia em que o preso sai lá e em que ele precisa entrar no mercado de trabalho, e ele não consegue isso. E, aí, vem o problema, porque o homem chegou lá, dizem que é pobre, que é preto, e 68% apresentam tatuagem sobre o seu corpo, que é reincidente e que essa sociedade... Todo mundo cobra que o sistema prisional brasileiro tente resolver esse problema, enquanto que começou a falha pela família, com a desestruturação familiar, pai matando filho, filho matando pai. Escola? Cadê as nossas escolas? As igrejas? Nossas escolas? Eu não sou tão velho, mas eu estudei religião quando eu



fiz o meu primário na escola. Hoje em dia, é ser careta. Se for tratar de um assunto desse dentro de uma escola, é caretagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É proibido.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - É proibido! Então, minha gente, o sistema é muito complicado. A Lei de Execução Penal, com mais de 24 anos depois, agora que nós temos 2 penitenciárias federais. Eu desconheço, mas dizem que parece que há 3 três patronatos no Brasil. Disseram-me que parece que há 3 patronatos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só no Paraná.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Paraná, que pode ser público ou privado. Conselho da comunidade? Nós somos 184 municípios e temos 12 conselhos da comunidade. E há essa previsão desde 84, desde 1984. E o sistema e o gestor, muitas vezes o diretor do presídio, o coordenador, o secretário, ele fica diante dessa problemática, porque a coisa é muito complexa, muito complexa.

Então, temos essas dificuldades todas no Estado do Ceará. Mas quero registrar: tem a garra, tem a determinação. E V.Exa. disse uma coisa muito importante, e eu quero ratificar as palavras de V.Exa. com relação ao gestor atual da nossa Secretaria da Justiça. Não por qualquer esforço de acompanhar os senhores, de acompanhar, de abrir as portas de todas essas unidades que os senhores visitaram, inclusive com a imprensa — e isso é uma característica dele que, às vezes, até preocupa a gente, porque a gente sabe que quando a imprensa realmente migra, ela entra na unidade, os presos que já são inquietos, apresentam aqueles murmúrios, eles ficam cada vez mais inquietos. E o nosso Secretário tem essa característica. É o homem como ele mesmo diz: não é da área, mas é um sociólogo, é um político. E a Secretaria, graças a Deus, está tendo a felicidade neste momento de ter um gestor como esse Secretário. E a gente espera muito, mas espera também sobretudo da União com essas diretrizes. Precisamos que essas diretrizes, que essa burocracia existente no serviço público pelo menos diminua.

Hoje em dia, para se construir uma cadeia... Nós fomos construir, em 2005, 2006, uma unidade aqui em Caucaia. Eu fui 22 vezes para verificar um terreno. Vinte e duas vezes! Três que conseguimos lá ficavam próximos de uma chácara, um



rapaz fez um movimento, foi lá na Prefeitura e coisa e tal, e ninguém conseguiu. Conseguimos um já lá nas imediações de um aterro. Foi o que a gente conseguiu para a construção. Para a construção de uma unidade prisional. Porque essa sociedade em que vivemos muitas vezes é hipócrita. Muitas vezes é hipócrita. Quando temos um vizinho que tem um filho que é viciado, a intenção nossa de sociedade é chamar a Polícia para levar aquele menino para ir para a cadeia e não resolver por outro caminho.

Então, eu vejo com muita preocupação. Mas vejo também a preocupação dessa sociedade. E nós da Secretaria — e eu lá na Coordenação recebo diariamente. Recebo familiares de presos alegando que fulano apanhou, está doente, está não sei o quê. Mas recebo também familiares de vítima. E as vítimas também têm de ser observadas. Os familiares das vítimas. Aquela mãe, aquela mulher que fica com 3, 4 filhos, porque um homem desse tirou a vida de seu marido, de um pai de família que a sustentava. Então, somos cobrados também por isso. É uma situação muito delicada em que temos de trabalhar como juiz.

Mas o meu tempo aqui já se esgotou. É um tema de que precisaríamos falar aqui horas e horas. E eu queria dizer dessa garra do nosso pessoal, queria parabenizar o Coutinho, que representa aqui os agentes penitenciários, por essa coragem, por essa luta, por essa perseverança dele, sempre querendo. E eu sempre digo: Coutinho conseguiu isso daqui hoje. Amanhã ele está batendo na Secretaria de novo pedindo algo. Mas eu acho que tem que ser assim mesmo. No serviço público, se não for partir para a briga mesmo, para a frente mesmo, pouco a gente avança. Então, temos esses agentes guerreiros, temos esses agentes fortes, temos essa parceria com a Defensoria Pública. Agora, precisamos intensificar, dar condições estruturais, para que todas essas pessoas realmente possam, de uma forma efetiva, de uma forma carinhosa, exercer seu mister.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Sr. Laurindo e o parabenizamos pela sua fala.

Queremos registrar a presença do Deputado Estadual Augustinho Moreira, do PV. V.Exa. quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*) Concedo a palavra, então, ao Deputado Augustinho Moreira.



O SR. AUGUSTINHO MOREIRA - Exmo. Sr. Deputado Federal Neucimar Fraga, que está aqui presidindo esta Comissão importante, que está tentando ter uma idéia de como funciona o sistema carcerário, e demais Deputados — Deputada Cida, do PT do Rio de Janeiro; Deputado Felipe Bornier; Deputado Paulo Rubem Santiago, do PDT; Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão. Também meus cumprimentos ao nobre Deputado Marcos Cals, que se afastou de suas atividades parlamentares para assumir uma posição tão difícil que é dirigir o sistema carcerário no Ceará.

Eu diria, sem medo de errar: o sistema carcerário brasileiro está falido. Todos sabem que o objetivo da lei é punir alguém que cometeu uma infração. Ele vai para a cadeia passar algum tempo, mas o Estado tem a obrigação de trazê-lo de volta à sociedade, que é a chamada reintegração, a ressocialização. Mas isso ninguém está vendo, porque vão crescendo os problemas. São tantos os problemas... Mas hoje aqui no sistema carcerário poderia se dar uma folga. E aqui foi colocado. Porque ninguém consegue essa folga no sistema carcerário? Porque só tem um juiz na Vara de Execuções. Advogados, operadores do Direito, para pegar num processo de interesse do seu cliente, é uma novela, porque o fórum não dispõe de gente suficiente para entregar o processo àquele profissional. Então, os profissionais, na verdade, Deputado Bento... Coordenador Bento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AUGUSTINHO MOREIRA - Já queria colocá-lo. Mas não tem nada não. Pode ser um dia. A grande dificuldade que se tem é o acesso ao processo, é o acesso ao processo, por conta... porque tem pouca gente — só tem 1 juiz; talvez 2 promotores. É difícil. Têm muitos presos lá que talvez já cumpriram a pena. Esse Indulto de Natal deveria já ter esvaziado uma parte, e não tem gente suficiente para analisar. A verdade é essa. Isso sem contar no interior do Estado. Sem contar no interior do Estado. Na verdade, o meu objetivo aqui... Eu recebi uma... O pessoal de Massapê me procurou e se achou injustiçado com o pessoal da família que foi condenada. Ela cometeu um homicídio. O companheiro da irmã dela praticamente rasgou de faca a irmã. E ela teve que ir às vias de fato e acabou matando o indivíduo. E foi condenada a 5 anos. E foi concedido a ela o regime semi-aberto para ela cumprir todos os dias, a partir das 18 horas, e sair no dia seguinte às 6 horas. E



ela estava cumprindo. Adoeceu, teve que se tratar. E lá na cadeia de Massapê ela se recolhia nos finais de semana, conforme a determinação judicial. Mas não se sabe por que — quais os motivos — ela encontrou algumas pessoas que a fizeram vir para Fortaleza.

Eu vou ler aqui, porque achei que faltou... E a doutora não recorda... Acho que era da Pastoral, a representante da Pastoral, que falou aqui: o Poder Judiciário deveria estar aqui, deveria estar aqui para ver como é que funciona no interior do Estado também. Porque, doutores, a pior coisa que existe é o réu sofrer 2 penas: a pena e, principalmente, a pena da injustiça. E foi o caso aqui da Sra. Francisca Fernanda da Silva Carneiro, que, sem ser ouvida pelo juiz, porque isso é costume, está na Lei de Execuções Penais... O juiz tem que ouvir o réu, o apenado para sentir o seu comportamento, ver se realmente ele está cumprindo a pena conforme foi imposta, as determinações, se eles estão cumprindo. Mas o que se viu foi exatamente o contrário: um carcereiro que fez uma imputação à presa. O juiz, fazendo o seu trabalho, pediu que fossem ouvidas pessoas sobre o comportamento daquela presa. E pediu que os policiais que faziam a segurança do presídio fossem ouvidos. E os policiais deram uma declaração ao juiz de que nunca tinham visto mau comportamento daquela presa. Mas o carcereiro... o carcereiro não, o chefe lá do cárcere, o diretor, mais um preso que já está... Vou contar, vou dizer aqui o que foi que ele disse. Simplesmente levaram para o juiz, e o juiz mandou ouvir o advogado. O advogado fez uma cota, dizendo que aquilo não era verdade. E o juiz, com o parecer ministerial, baseado também no parecer ministerial, achou por bem transferir a presa para o município vizinho, a comarca vizinha. Em seguida, desistiu, talvez, e remeteu para Fortaleza, distante da família. E a família me procurou para relatar esse fato. Foi exatamente quando apareceu o caso de Itarema, que foi noticiado em toda a imprensa nacional, do convívio das mulheres com os homens no presídio. Então, vejam bem, aqui vou ler o depoimento para que os senhores tenham idéia da situação, do que aconteceu lá em Massapê. A testemunha é o Sr. Antônio Valdir Mendes Peixoto. Foi a testemunha que o juiz ouviu para confirmar ou não aquela situação, o comportamento da apenada Francisca Fernanda da Silva Carneiro. Ele disse que o depoente afirma que há 4 anos está cumprindo o regime semi-aberto (ora, começa por aí; semi-aberto na pena que lhe foi imposta na cadeia pública de



Massapê); que o depoente confirma que várias vezes a apenada Francisca Fernanda Carneiro, nua, desfilando no interior da cadeia pública; que o depoente afirma que a sentenciada tem atração pelo depoente e no período da noite procura o depoente, se oferecendo para fazer sexo, completamente nua; que tal cena foi presenciada por outros presos; que o depoente deseja esclarecer que a apenada fica nua numa cela separada e que tira toda a sua roupa e passa a provocar o depoente; que o depoente afirma que, quando a apenada chega para pernoitar, a partir das 7 horas da noite, aproximadamente, a mesma tira a sua roupa, fica nua dentro da cela, vai para a grade, chega a levantar a perna etc. Não vou contar mais o restante da história.

Fico estarecido, porque o juiz deveria ouvir a apenada. Será que isso é verdade? Ou é um conluio para afastá-la daquela comarca? Talvez familiares da vítima estivessem fazendo toda aquela... e simplesmente lançaram a D. Francisca aqui. Esse depoimento mostra... E aí eu pedi... Não fui lá na comarca, não fui lá na cadeia pública de Massapê, mas pedi alguém para examinar, ver como era a situação lá no cárcere. Porque dá idéia... Esse depoente aqui, esse preso, dá idéia de que ele ficava solto, e a D. Francisca ficava nas grades, encarcerada. Mas não. Lá existem celas, mas todos os presos que cumprem esse tipo de regime ficam isolados, não têm acesso. Um não tem visão para o outro. Não têm contato visual. Não pode um se apresentar para o outro, da maneira como essa pessoa colocou aqui, esse apenado.

Então, eu quero chamar a atenção dos senhores, porque o problema é grave no cárcere brasileiro, no cárcere cearense. O nosso Secretário está tentando aí, com todos os esforços, melhorar. Mas é difícil, sabemos disso. Mas essa questão aqui eu não poderia deixar de trazer ao conhecimento desta Comissão, porque, na minha opinião, o juiz deveria ter ouvido a... Ela foi apenada 2 vezes. Duas vezes. Primeiro, numa regressão de regime, em Fortaleza. E uma regressão de regime de uma pena de 5 anos. Foi regredida a pena dela para o regime fechado. Veio para Fortaleza. Poderia cumprir perfeitamente lá na comarca ou numa comarca vizinha. Mas eu acredito que tenha alguma coisa em tudo isso.]

Então, isso é uma demonstração de que realmente há esse convívio aqui no cárcere, entre homens e mulheres. Queria agradecer a esta Comissão. Eu acho



importantíssimo. São os pontos que levantei aqui. E espero que tenha contribuído de alguma forma para os senhores concluírem o trabalho sobre a questão carcerária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós agradecemos ao Deputado Augustinho. Passe à Comissão esse relato para que a Comissão possa tomar as providências imediatas. E, tratando-se de providência imediata, pediria a V.Exa., se pudesse... Deputado Augustinho, se V.Exa. pudesse também facilitar para que a TV da Assembléia pudesse divulgar a sessão... Já está com mais de meia hora que foi prometido que a sessão seria veiculada.

O SR. AUGUSTINHO MOREIRA - Vou fazer um esclarecimento. Não está sendo possível transmitir ao vivo porque nós tínhamos uma solenidade lá no plenário, e a televisão não tem condições de fazer essa conexão de lá e de cá. Então, o diretor da TV pediu desculpas, mas está sendo gravado. Vai passar para todo o Ceará esta audiência. E não tinha como fazer. Ia ter prejuízo a audiência, e achou por bem... Até porque tem o jornal das 19 horas, salvo engano, e atrapalharia o jornal. Então, eu peço desculpas à Comissão, mas vai ficar registrado e vai ser passado mais tarde, para que todo o Ceará tome conhecimento desta audiência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós agradecemos. Estava tão transparente aqui a nossa visita! Ficaria bem melhor na foto se tivesse sido possível passar, porque a nossa concepção é a de que quanto mais informações a sociedade tiver sobre os problemas do sistema carcerário, mais fáceis serão as medidas para superarmos esse caos.

Creio que nenhum de nós se sente tranqüilo com a situação dos brasileiros que estão hoje apenados. São brasileiros. Eles perderam o direito à liberdade, mas não perderam o direito à alma e os direitos que estão escritos em todos os tratados internacionais, nas leis infraconstitucionais do País, na própria Constituição. Em todo caso, vamos à frente.

Nós vamos passar a palavra à Sra. Maria Izelda Rocha Almeida, que é Diretora do Instituto Penal Feminino. S.Sa. tem 5 minutos. Em seguida falará a D. Maria do Socorro; e, por último, o Dr. Marcos César.



A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Bom, boa-noite a todos. Boa-noite à Mesa, na pessoa aqui do Presidente. Boa-noite à Platéia. O Dr. Leandro ainda está aqui? Acho que já foi. Eu queria registrar a presença dele, dos agentes penitenciários do Feminino, enfim, de todos os convidados aqui presentes. Eu acho que tudo isso que já foi dito e tudo que já foi visto, com certeza, talvez eu não tenha muito a acrescentar não. Acho que todo o apanhado que a Comissão deve registrar no final dos trabalhos, nessas visitas no Brasil como um todo, vai revelar, talvez, aquilo que a gente, aqui do Ceará, tenha cristalizado como referência em nível de Brasil.

O sistema carcerário, eu digo sempre, me perdoem assim a comparação, mas ele sempre ocupou a periferia das políticas públicas. Talvez porque o volume de presos, a incidência de delitos, o contingente de pessoas privadas de liberdade talvez não tivesse chegado a um exponencial tão grande, num ritmo de crescimento tão acelerado, o que mostra a complexidade de todo esse processo. Eu digo sempre que o preso cometeu delito lá fora. Ele está ali aguardando... pagando por esse delito e aguardando a oportunidade de sair. Mas a sociedade aqui fora é que, na verdade, propicia as condições. E o Bento falou uma coisa muito certa, que é a questão do perfil do preso.

Então, hoje a gente verifica, pelo menos dentro do Feminino — e eu acho que tive oportunidade de ver em outras unidades prisionais —, que a questão da droga perpassa e embasa muito, hoje, aguça de uma forma muito exponencial a induzir essa juventude à criminalidade. Muitas vezes, até na própria pesquisa que a gente fez no Feminino interno, onde predominava esse tipo de delito. E muitas vezes tinha um furto, o 157. E quando a gente vai analisar a pessoa, e as causas, e a história, aí a gente vê que, às vezes, esse delito está embasado também, às vezes, no consumo de algum narcótico ou alguma coisa que levou a pessoa, no estado de desequilíbrio momentâneo, a cometer determinadas atitudes ilícitas, enfim. Mas eu acho que, no final, o diagnóstico é: estando na periferia das políticas públicas, o sistema carcerário sempre esteve... Não só o sistema carcerário. Eu digo que a cadeia... Como o Bento disse, a dificuldade de localizar uma cadeia, acho que é a mesma que a gente tem de localizar um aterro sanitário, é a mesma que a gente tem



de alocar um cemitério. Ninguém quer perto. Todo mundo quer que tire o problema de perto de si, esconda. E depois ninguém vai perguntar como é que acontece.

Então, eu parablenizo a Comissão, até pelo desafio da missão de fazer esse diagnóstico, que é muito difícil e muito complexo. Mas, de toda sorte, eu acho que o sistema precisa... carece de estrutura adequada para um projeto diferenciado de socialização. Ele carece de uma estrutura operacional dimensionada minimamente e qualificada para a missão. E carece, sobretudo, de uma determinação, uma composição política que assegure essa executabilidade. Eu digo que o sistema carcerário, de todas as mazelas que ele tem, tem uma que é muito cristalizada, que é a deficiência do modelo de gestão.

Acho que no final da CPI vocês devem chegar com todos os dados, canalizando para essa situação. Não basta aportar recursos, não basta fazer cadeia, não basta contratar pessoas, não basta, não basta, se o modelo de gestão, a meta, a filosofia do processo não for modificada.

Eu digo sempre que a sociedade, de uma certa forma — eu digo isso muito lá no Feminino —, se sente desestimulada a investir no sistema carcerário, porque ela não tem retorno positivo. Você só tem a certeza de que a pessoa que vai para lá, certamente, se sair igual ao que entrou, já é um ganho. A tendência é sair pior do que entrou, porque a reclusão já leva a um estado diferenciado ou agravado de um desvio de comportamento anterior que ela adquiriu antes de entrar na unidade. Então, é muito... A filosofia histórica do sistema sempre foi que a repressão, a grade, a cadeia era suficiente para servir de exemplo e impedir que quando ele saísse cometesse o delito de volta. E hoje não é mais assim, porque às vezes até a consciência do próprio delito o preso não consegue alcançar.

Então, eu acho que é, como o Bento falou, um complexo muito grande. A sociedade nos preocupa, porque o crescimento estatístico é muito alto. E daqui a pouco a gente não vai ter como lidar com essa situação. Não basta só colocar pessoas, colocar estrutura, colocar... porque talvez nem a sociedade agüente. Eu digo que, se eu fizer uma analogia com o sistema médico...

Eu digo que a gente está vivendo uma septicemia social, que é a falência múltipla das instituições. Está falindo a família, está falindo a igreja, está falindo a escola, estão falindo as políticas públicas propositivas. Quer dizer, estão falindo



valores. Estão substituindo causas por efeitos. E a gente, às vezes, não vai na gênese da questão. Então, realmente o sistema carcerário é muito complexo.

E no Feminino até nos assusta, porque, eu digo sempre, a mulher emancipou-se. Precisava se emancipar no crime? Então, o percentual de parcela, de contribuição da população feminina na criminalidade está crescendo assustadoramente. E isso é muito complicado, porque, geneticamente, organicamente, a mulher tutela a família, porque ela tem o dom da maternidade, do zelo pelos filhos. E isso é uma coisa muito séria.

Então, eu acho que o sistema carcerário é a ponta de linha de todo um contexto de... sei lá, de deficiência, de falhas. E, quando a pessoa chega lá no sistema, ela chega na última alternativa. Ela só tem 2 caminhos: ou ela encontra uma oportunidade mínima de se recuperar para ter uma segunda chance, ou ela se perpetua nessa criminalidade, nesse contexto. Para ela, passa ser até comum. Tanto faz como tanto fez. Tem presa que chega lá, e parece que a coisa mais comum é ela estar de volta. É a banalização do processo ou o cemitério. Só têm 2 alternativas: ou a cadeia perpetuada ou o cemitério depois, se não tiver uma alternativa de reingresso, de reincorporação na sociedade.

E eu acho que, no sistema penal, se as políticas públicas... Eu digo que os gestores públicos já... Ser gestor público hoje já é muito difícil. E ser gestor de um sistema prisional é exponencialmente mais difícil, porque a gente quer soluções para coisas que muitas vezes são muito complexas, e a gente não vai conseguir resolver. Então, a dose de sofrimento, de angústia é muito grande das pessoas que trabalham no sistema, porque as carências são exponencialmente, às vezes, maiores do que a capacidade, o desejo e a força das pessoas que trabalham nesse processo, no dia-a-dia. Os riscos são muito grandes. Enfim...

Eu só queria parabenizá-los mais uma vez. Eu acho que já era de bom tempo e de bom tamanho essa ação para que a sociedade também acorde e veja que no sistema carcerário têm as pessoas que cometeram os delitos e as pessoas que trabalham com essa população, que também precisam ser assistidas com formação, com estrutura, com capacidade operacional de trabalho. E lá no cárcere essas pessoas precisam encontrar essa luz no fim do túnel, que, às vezes, a gente...o



sistema até ofusca e impede que aconteça. Então, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos à Dra. Maria Izelda pelo trabalho realizado à frente daquela unidade prisional.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. Marcos César Cals, Secretário de Justiça do Estado de Ceará e Deputado licenciado para o exercício desse cargo.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Inicialmente, boa-noite. Gostaria de agradecer esta oportunidade. Cumprimento toda a Mesa na pessoa do Presidente. Digo que é um prazer o Estado do Ceará recepcioná-lo, até porque nós sabemos da dificuldade que existe no sistema penitenciário do Estado do Ceará. Não conheço todos os Estados, mas também deve ser nacional. Cumprimento as pessoas que estão participando. Queria confirmar que tivemos 2 mortes: uma no P-7 e outra na Selva de Pedra. Nós tivemos 2 mortes. Quando normalmente se descobre uma quantidade enorme de celulares dentro da penitenciária, no presídio, ou quando se localiza um túnel — pela pouca experiência que tenho, até porque eu estou com 1 ano de sistema; eu fui o último Secretário a assumir a Secretaria do Governo Cid Gomes, eu assumi já em fevereiro, quando eu concluí meu mandato aqui na Presidência, e fui até o final de janeiro —, normalmente quando se descobre algum ilícito de maior monta dentro de uma penitenciária, há um prenúncio de que alguém vai morrer, porque a própria população carcerária, intuindo, começa a julgar que fulano ou sicrano deva ter dado um informe. Há um jargão aqui no sistema de um tal de informe, que é uma informação privilegiada para a administração.

Então, o prenúncio, como nós descobrimos? Nós tivemos o tal do informe no sábado e, após a conclusão da visita de domingo, os agentes penitenciários, acompanhados por policiais militares, constaram o túnel lá na segurança máxima, que é a Selva de Pedra, que as senhoras e os senhores tiveram oportunidade de conhecer, e nós tapamos o túnel. Começamos a tapar o túnel segunda e terça-feira, esse túnel de 45 metros, a 20 metros da muralha. E já deixamos de sobreaviso toda a parte administrativa e a parte policial da possibilidade de um quebra-quebra após a visita. Por que não ocorreria na terça-feira? Sob pena de eles, os internos, perderem a visita de quarta-feira. Então, nós já estávamos sob aviso. Já tínhamos a



informação der que poderiam ser 7. Nós separamos os 7, pois houve a informação de que estariam correndo risco de vida, e aí acabaram julgando outros. É a lei que eles conceberam lá. Isso tem ocorrido sistematicamente.

Quando se detecta rebolo de celular e túnel, vem o prenúncio de que poderá haver morte na cadeia aqui, no Estado do Ceará. Não sei se por aí é diferente. Mas essa é uma realidade. Eu não tenho muito a contestar o que disseram não. Eu quero é só acrescentar. Eu estou com eles. No sistema penitenciário do Estado do Ceará existe um déficit de 1.300 agentes penitenciários — um déficit de 1.300 agentes penitenciários.

E quando eu assumi a Secretaria, já estava em andamento um concurso, já na fase final, concluído em julho de 2007— eu assumi em fevereiro de 2007 — e eu acertei com esses classificados, um número de 597 classificados, que nós chamaríamos em 3 etapas, em princípio: na primeira etapa, convocamos 339. Dos 339, ou por desistência espontânea ou porque passaram em concurso, porque acharam que o trabalho era arriscado, habilitaram-se 297. Foram nomeados 297; dos 297, nesse ínterim do concurso, até porque o curso de formação nós buscamos a humanização para tirar aquela visão policialasca das pessoas, dos servidores do sistema penitenciário, feito pela universidade estadual, para que as pessoas busquem aquilo que foi dito aqui — eu não me lembro se foi para mim pela Ruth, ou foi pela Izelda, ou pelo Bento — sobre a ressocialização, humanização ou a socialização. Então, fizemos um curso de formação, 30 dias, para tirar aquela concepção de que o agente penitenciário tem que ter uma política policialasca, mas, sim, ressocializadora. Agora, fomos autorizados, mais 182; na segunda etapa, era para se convocarem 110 e aí ponderei ao Governador que, pela desistência daquele número de 339 para 297 e, dentro dos 297, desistiram mais uns 30 ou 40, eu ponderei ao Governador que convocasse em vez de 110 convocasse 182, porque é um saldo de 76.

Estou tentando convencer o Governador que a gente convoque logo esse restante, os 176, porque o déficit é enorme, de 1.300. Se conseguíssemos nomear, ainda ficava um déficit de 700, para fazer o que o Estado do Ceará concebe como um agente penitenciário para 25, um agente penitenciário para 25. O número hoje deve ser 1 para 80, deve ser isso — estou aqui intuindo, eu sou desmantelado para



dizer minhas coisas. Então, 1 para 80; o aceitável era 1 para 25 porque você precisa ter os postos de serviço. Nós falamos aqui em ressocialização, vamos ressocializar. Como é que se ressocializa preso? Peia? Não. Açoitando? Não é meu estilo. Quando se fala que um preso aqui é batido, é a coisa que mais me magoa, meu coração sangra, porque não aceito esse comportamento.

Quando eu detectei numa audiência que houve em Caucaia, um preso saiu para audiência e aquele preso tinha matado um policial; e aí os policiais, na volta, bateram nele, eu exigi logo providência do Secretário de Segurança, do Comandante da Polícia e mandei afastá-los e mandei abrir inquérito policial. Agora, recentemente, no carnaval, eu tive notícia de que policiais e agentes penitenciários bateram num preso lá na cadeia, na CPPL de Caucaia. Na hora pedi que levassem no IJF, que é o instituto, é o nosso hospital de emergência, mandei fazer corpo de delito e pedi ao Seu Bento — está aqui um homem de 26 anos de sistema penitenciário — que mandasse para mim, que abrisse um inquérito, determinei na mesma hora. Não aceito. Se tem, denuncie porque essa caneta velha aqui nunca teve medo de funcionar e para funcionar eu vou para cima. Então, tem essas coisas que nós precisamos tentar buscar dentro da CPI uma solução. A nossa esperança ... eu aqui, os senhores viram que eu fiz questão de mostrar a pior penitenciária, que é o IPPS, onde estavam lá os presos comendo com um saco, os presos comendo com um saco. Aí, o diretor disse que dá-se o vasilhame, Bento — os presos comendo com um saco — dá-se o vasilhame, e aí o vasilhame é vendido pelos familiares...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Hein? Lá no IPPS? Lá precisa? Em todo canto precisa, lá principalmente, lá principalmente; quer dizer, preso comendo no saco, por quê? Porque eles não devolvem, porque querem fazer as cordas, ou para rede, ou para fazer tereza, ou para fazer o que quiser. Então, veja só: nós nos deparamos com essa situação aqui no sistema penitenciário. Mas eu ainda tenho esperança; se eu não tivesse esperança, eu já tinha tirado o time, eu sou egresso desta Casa aqui, Deputados e Deputadas, minha casa é essa, enquanto o povo ainda me tolerar, minha casa é essa. Eu estou lá tentando dar uma melhorada e sei o tanto que é difícil. Não imaginava, não. Não imaginava que era tão difícil, não; primeiro, pela burocracia do Estado.



O Poder Executivo é extremamente burocrático, diferente do Poder Legislativo, muito mais célere, não sei se é porque quando nós respondemos logo o anseio da sociedade, muito mais rápido; na hora em que leva pancada, o Poder Legislativo responde logo ao anseio da sociedade. Mas a carga burocrática do Poder Executivo é uma coisa extremamente excessiva. Quer dizer, eu nunca vi... Até para a restauração daquele prédio do P7 só consegui fazer — os senhores viram —, só consegui fazer porque fiz em emergência naquele lá. O outro que eu mandei no trâmite normal, na mesma época, ainda está na habilitação das empresas, está na habilitação das empresas. Mandei para a concorrência pública e está na habilitação das empresas. Imaginem se eu tivesse deixado todos eles para a concorrência pública, 24 de julho para cá? Foi porque eu tive coragem para fazer emergência. Morreu gente, estava tudo destelhado, todo mundo amontoado, aí nós fizemos. Está aqui, essa diretora bem aqui, Dra. Izelda. Ela se agonia lá porque não consegue. Mas eu digo: *“Doutora, não falta dinheiro no sistema”*. A verdade é que a Secretaria de Justiça...

O último concurso que houve para todos os servidores foi em 82. Nós estamos com 26 anos — 26 anos, servidores de todas as áreas. De lá para cá... agentes penitenciários, quer dizer, pessoal dedicado, destemido, mas um pessoal com 26 anos de serviço público, e muitos já tinham algum tempo passado. Pessoal desestimulado. Agora nós estamos abrindo aqui uma profissionalização, uma requalificação para todos os servidores, para ver se estimula o servidor do sistema penitenciário — e falo médico, dentista, assistentes sociais, a parte administrativa, esse pessoal todo desestimulado. Estou aqui sabendo... Nunca imaginei que iria pegar isso, mas ainda estou encorajado porque vejo essas pessoas determinadas em servir. Vou lhe dizer outra coisa: o que harmoniza a cadeia? É a ocupação, a assistência jurídica e Pastoral Carcerária, a religião como um todo, e tratar bem os familiares. E os presos? Tratar bem os presos, isso aí já é *sine qua non*. Assistência jurídica, que os senhores constataram. Lá todo mundo está passando de cadeia, não tem um que você pergunte que esteja passando 5 anos. Outro puxou 10 anos pelo pé. Todo mundo já está passando 3, 4 anos, e por falta da defensora pública. Não é dela não, é por causa da estrutura da Defensoria Pública. A estrutura total, a religiosidade — aí vem a Pastoral Carcerária, meu Deputado Augustinho. Venha



aqui... estou aqui elencando alguns itens que tranqüilizam a cadeia, que dão harmonia. Tratar bem o preso isso é questão que não se discute. Falta de defensora pública, que é para olhar os processos; tratar bem os familiares e ocupação da sua mão-de-obra interna. É preciso.

Em relação às cadeias com mulheres, até não me surpreende, porque as cadeias do interior do Estado do Ceará, na sua maioria, onde tem mulher presa, ela é presa na cadeia e não tem cela separada. *“Bom, tira essa ala, aqui é feminina, aqui é masculina”*. Não. Tem 5 cadeias, tem 30 homens? Prendeu uma mulher? Pega os outros 6 homens de uma cela, distribui nas outras e bota aquela mulher sozinha, sozinha na cela.

Agora, todas as que estamos construindo daqui para frente, inclusive em todas as regiões, todas elas têm, daqui para frente, enquanto eu estiver na Secretaria. Só se constrói cadeia aqui com muralha, com ala feminina e com ala masculina, separadas. Não fica de maneira alguma se não for dessa maneira. Já comuniquei ao Governador e o Governador nunca se negou a atender às nossas solicitações e à demanda do sistema penitenciário. E, no mais, se nós tivermos coragem — e a nossa esperança ainda está aqui, é a última esperança que tenho, é a última —, se nós conseguirmos que as operadoras evitem jogar o sinal de celular para dentro, não é possível que a tecnologia não consiga resolver um IPPS daquele, que é um ermo, que não compromete essa quantidade de casa, nós não conseguimos... Ali é um ermo, doutor, os senhores viram lá, a gente tirar o sinal de celular de dentro das penitenciárias. Tem a legislação, concebida pelo nosso Congresso, sancionada pelo nosso Presidente, e não conseguimos fazer a legislação para que as operadoras evitem jogar o sinal de celular. Tenho buscado junto ao Departamento Penitenciário Nacional um equipamento para bloquear os celulares. Não quero dinheiro deles, não, não quero um centavo deles, não! Quero que eles me dimensionem que esse equipamento é o equipamento eficaz, para que a gente possa comprar.

O Estado do Ceará, graças a Deus, ainda está podendo comprar essas coisas. Graças a Deus! Então... Até hoje, não recebi do Dr. Maurício Kuehne, que é meu amigo, uma dimensão... um dimensionamento de qual é o bloqueador eficaz para bloquear os sinais de celular. Enquanto isso, doutor, nós aqui fora, a



sociedade, estamos sofrendo. Os filhos, os familiares sendo raptados e sendo comandados pelo crime organizado. E é porque temos uma rotina semanal aleatória de fazermos vistorias nas penitenciárias, nos grandes presídios e penitenciárias. Mas compramos esteiras com raio-X — os senhores foram testemunhar —, agora estamos comprando um bastão, um bastão de alta sensibilidade para pegar droga! Comprando agora, está no processo licitatório! Se uma visita coincidentemente fumar uma maconha no dia anterior, cheirar uma cocaína, na hora em que você passar esse bastão, ele constata. Bastão de alta sensibilidade, tipo aqueles aeroportos da Europa que já têm...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No Paraná, tem também.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Já tem, pronto. Então, você já constata que houve consumo de ilícito. Então, vou fazer o possível para que se possa resolver a entrada de ilícito. Sei, sei que não acaba. Quem fiscaliza somos nós, humanos, e aqui e acolá tem uma minoria que é conivente. Sei que o Sindicato se chateia, sei que o Comandante da Polícia se chateia, mas, aqui e acolá... ou a Direção do Presídio se chateia, mas existe. Enquanto tiver aqui e acolá, a conivência não acaba! Mas reduz sensivelmente. Portanto, eu espero que a gente possa tranqüilamente contribuir. A tudo o que disseram eu quero só acrescentar mais esse dado: não tenho o que contestar, não tenho aqui que mostrar, nem justificar o que está errado. O que está errado, está errado. Nós temos de olhar para a frente. Sempre tive um adágio, e as pessoas me diziam: *“Secretário, segure na mão de Deus e olhe para a frente, não olhe para trás nem para o lado, nem de rabo de olho”*. Então, vamos procurar resolver os problemas do Sistema Penitenciário Nacional e aqui do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Secretário Marcos César Cals e registramos, mais uma vez, aqui, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, todo o apoio recebido da parte da Comissão, das Secretarias, dos funcionários dos presídios, da Polícia Militar, da Polícia Civil e dos Agentes, apoio necessário para entrarmos nos presídios, visitar as cadeias, conversar com os presos sem nenhum impedimento. Queríamos parabenizar a Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, representando, assim, o Governo do Estado do Ceará. Queremos também, aqui, Secretário, só reforçar uma impressão



que para nós ficou muito ruim e queríamos fazer uma reivindicação. Já sabemos que já estão sendo tomadas as providências. Mas é a questão dos alojamentos dos policiais militares, lá, do IPPS. Já visitei muitas celas nos presídios brasileiros em que os presos dormem melhor do que os policiais dormem ali, em condições muito melhores. Então, realmente passou da hora de uma reforma ali e de criar um ambiente, porque o policial que passa o dia todo sob aquela tensão, que é um sistema carcerário, na hora de descansar e dormir num ambiente daquele, ele fica estressado! Então, ele fica sem clima para, no outro dia, agüentar reclamação do detento, porque quando for reclamar ele diz: *“Eu também quero reclamar, e não tenho a quem reclamar”*. Porque realmente as instalações são muito ruins, são insalubres, são inadequadas. Eu até falei com os companheiros que, se tivesse visitado primeiro o alojamento do policial, eu não tinha nem visitado a cela, porque já ia sair dali com a impressão formada sobre o presídio, porque realmente ali eles dormem e descansam da guarda que fazem no presídio num local em que, muitas celas e camas que tem nos presídios brasileiros são muito melhores do que aquelas instalações. Não quer dizer que não deveriam ser melhores, não. Só estou dando um exemplo. Porque quem cuida da segurança, quem é responsável pela administração, como o policial, deveria realmente ter um espaço melhor. E nós queríamos aqui reivindicar, já sabemos que a Secretaria está tomando providência, mas que fosse feito ali um projeto adequado para aquelas autoridades que ali são responsáveis pela guarda do sistema penitenciário.

Eu queria apenas fazer 3 perguntas, depois, vou passar para a Deputada Cida Diogo e o Deputado Paulo Rubem. Eu queria pedir que, se o microfone fosse retirado, que ficasse na mão. Ficaria mais fácil para vocês responderem às perguntas para nós.

Eu queria fazer uma pergunta para a representante da Defensoria Pública, Aline. Pode ser resposta bem curta, viu, Aline. Quantos agentes, quantos defensores públicos têm hoje no Estado do Ceará?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - 201.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos seriam necessários para fazer um bom atendimento, hoje, à população do Estado, principalmente à população carcerária?



A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Particularmente, não teria como lhe dar esse número, agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ganha um defensor público no Estado do Ceará?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Líquido ganha 4.500 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é a média do Brasil?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Em torno de 6.000 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, vocês são 200...

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - E um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - 201 defensores públicos?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ali no caso, por exemplo, do IPPS, há quantos defensores ali para cuidar da população?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Até eu sair de licença éramos 2 defensores. Com a nova gestão da Defensoria Pública, ela colocou mais 4 defensores. Então, ao meu regresso na próxima semana, seremos 5 defensores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Vou fazer uma pergunta ao Coutinho. Vou fazer uma pergunta para o Coutinho, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários. Quantos agentes morreram no ano passado, aqui no Estado?

O SR. AUGUSTO CESAR COUTINHO - Foram assassinados 3 funcionários, 2 agentes penitenciários, 1 que prestava serviço. E, segundo... Os inquéritos apontam que esses assassinatos foram encomendados de dentro dos presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos agentes respondem a processo ou foram punidos por irregularidades cometidas, como facilitação de entrada de arma, de drogas ou de fuga no Sistema Prisional do Estado do Ceará no ano passado?

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Nós temos 2 agentes penitenciários respondendo a procedimentos administrativos e outro funcionário que foi demitido, que não era agente penitenciário, que era funcionário público, servidor penitenciário, que foi demitido por estar facilitando a entrada de aparelhos de telefones celulares.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Obrigado.

Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu queria, além de fazer algumas perguntas, também fazer algumas reivindicações. Aproveitar que o Secretário está presente e a Diretora do presídio feminino está presente. A questão da guarda dos filhos das mulheres que estão no presídio. A Secretaria trabalha com um prazo de 6 meses. Hoje, já existem alguns Estados que trabalham com um prazo maior. Gostaria aqui de deixar uma solicitação, até porque a CPI, com certeza, no final dos trabalhos, vai apontar uma proposta de ampliação desse prazo de as mães ficarem com o bebê. Hoje existe até Estado que já trabalha com um período de 3 anos, mas a gente está discutindo isso na CPI e a Secretaria de Políticas para as Mulheres também está discutindo e deve ser apresentada uma proposta para isso. Mas gostaria de fazer uma solicitação. Que pudéssemos estabelecer uma questão legal, estabelecer, no âmbito da legislação, um prazo estipulado para todos os Estados, uma normatização mais legal para o País inteiro. Será que não haveria a possibilidade de o Estado do Ceará já pensar em implantar de imediato, pelo menos, um período de 1 ano para essas mães ficarem com seus filhos, até que possamos avançar na legislação e estabelecer uma normatização para todo o País e, pelo menos, tentar pensar na possibilidade de ampliar esse prazo para 1 ano?

Além disso, queria colocar que, no início da CPI, fizemos, por parte da nossa Sub-Relatoria, solicitação de informações a todas as Secretarias de Estado em relação à realidade das mulheres encarceradas. Alguns Estados responderam, muito poucos, e muitos Estados não responderam, entre eles o Estado do Ceará. E gostaria...

(Intervenção fora do microfone inaudível.)

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - É um requerimento com uma série de perguntas. Além do número de mulheres encarceradas, pergunta...

(Intervenção fora do microfone inaudível.)

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não é bem assim.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Pode ter um outro. Esse, ele veio já no final do ano passado. Ele já está desde o início da CPI. E eu gostaria só de, depois,



reapresentar esse requerimento, deixar na mão do Secretário, para que pudessem estar nos respondendo, para que a gente possa ter esses dados incluídos no relatório final da CPI.

Outra coisa. A Secretaria de Políticas para as Mulheres assinou um convênio com o Ministério da Justiça em que vai estar sendo liberado um volume de recursos da ordem de 50 milhões de reais para a realização de um mutirão em parceria com a Defensoria Pública para que se faça hoje um diagnóstico: levantar a realidade concreta da situação jurídica de todas as mulheres, hoje, que estão dentro do sistema prisional.

E gostaria também de colocar aqui a importância tanto da Defensoria quanto da Secretaria de Estado de se envolver com esse mutirão, de colocar isso como uma prioridade de ação para que a gente possa, pelo menos nessa parcela da população, que significa menos de 10% do total da população encarcerada, a gente poder, pelo menos com essas mulheres, saber a situação de cada uma. E tenho absoluta certeza de que o resultado final vai ser uma redução imediata do número de mulheres encarceradas, porque uma boa parcela dessa população, hoje, que está no sistema — e aí são homens e mulheres — não precisaria estar mais ali, porque já teria o direito adquirido de estar gozando de liberdade. Mas, infelizmente... Aí, acho que tem um mutirão dessa proposta da Defensoria, mas gostaria de cobrar do Ministério Público. Acho que o Ministério Público tem de ter um papel, até porque a lei lhe preconiza isso; um papel mais impositivo, seja junto ao Executivo, seja junto ao Judiciário. Não dá para aceitar, simplesmente reconhecer, que, no Estado do Ceará, só há um juiz da Vara de Execuções Penais no Estado inteiro, e isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fortaleza.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Aqui de Fortaleza, não é do Estado. Aqui dessa região metropolitana, que é um volume maior do Estado. Aceitar que apenas um juiz dê conta disso. Acho que temos também de cobrar do Judiciário. Infelizmente foi convocado o juiz da Vara de Execuções Penais daqui e ele não compareceu, não mandou justificativa, e, assim, realmente mostrando, dando uma demonstração, infelizmente, de que o Poder Judiciário no Estado do Ceará não está preocupado, não está priorizando essa questão aqui no Ceará. Então, ou a gente também trabalha numa lógica de cobrar do Judiciário seu papel ou vamos fingir que



estamos discutindo e buscando solução, porque, na minha avaliação, uma boa parcela — talvez aí chegue quase a 50% dessa parcela — do problema já possa ser resolvida só com o Judiciário assumindo seu papel. Teríamos aí uma redução bastante significativa do número de pessoas, hoje, que estão superlotando as instituições prisionais, aqui, do Estado do Ceará. Então, acho que o Ministério Público deveria assumir um pouco seu papel de exigir dos Poderes sua obrigação legal de cumprir seu papel.

Por último, a questão dos defensores que hoje estão no presídio, esses 2 defensores que estão respondendo por aquele presídio que a gente visitou. Esses defensores estão exclusivamente para a questão de execução penal ou eles também prestam assistência a outro tipo de ação?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Não. Nós... sou eu... Éramos eu e outra defensora. Agora, aumentaram mais 4 recentemente. Então, é para execução penal. A gente vai acompanhar toda... verificar aqueles casos que têm direito à progressão de regime, livramento condicional, remissão de pena, indulto, comutação. Aí nós fazemos 2 frentes: o atendimento ao preso, diretamente no presídio; e o atendimento no fórum aos familiares dos presos que nos procuram. Então, a gente é destinada a esse tipo de trabalho.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - É porque... numa discussão com a Associação Nacional de Defensores, eles colocam que, se houver um defensor voltado para uma população de 500 presos... destinado, para uma população, 1 para cada 500 presos, existe condição do acompanhamento adequado, a tempo e a hora, da assistência jurídica a esses presos?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Quanto a essa colocação, eu teria um certo cuidado ao fazê-la, porque nós temos inúmeros casos que estão atrasados, que não foram avaliados. Então, primeiro, nós tínhamos de zerar aquilo dali e acompanhar em tempo real. Foi entrando, analisa a situação, e temos tempo de dar o diagnóstico. Dali a tanto tempo, ele vai ter... Aí, sim, se a gente consegue tirar o atrasado, que é o que a gente está querendo fazer com o projeto Reconstruindo. E, a par disso, com uma estrutura de informática, um programa de computação, soluções simples, como a informática, o pessoal, o acesso facilitado



aos próprios autos na Vara de Execuções Criminais, que é uma dificuldade que a gente tem também.

Então, solução de problemas pontuais, e a informática, como eu lhe disse, o acesso aos autos... O prontuário do preso, por exemplo. No IPPS teve um incêndio em 2000 e inúmeras informações foram perdidas. Então, a gente faz... trabalha numa espécie de uma colcha de retalhos, compilando informação daqui e dali. O sistema geral do País não é interligado, o sistema de informações, então, ainda temos essas dificuldades. Então, são essas situações que acabam atrasando o nosso trabalho.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Tá. Só para concluir essa questão que a gente tem acompanhado desde o início dos trabalhos da CPI. Ela é para mim crucial. Ou nós buscamos uma solução que, na minha avaliação hoje, envolve essas 3 estruturas num primeiro momento — Defensoria, Ministério Público e Judiciário —, ou a gente avança concretamente para que essas 3 instituições consigam cumprir seu papel dentro do que a Lei de Execuções Penais estabelece, dentro do que a gente gostaria que estivesse de fato acontecendo, ou vamos continuar assistindo, cada vez mais, à necessidade de aumentar vaga, aumentar vaga, criar mais presídios, mais presídios, e não resolver, em momento algum, o problema. Então, acho que, hoje estou assim... Quero cobrar do Executivo, vou estar o tempo todo cobrando do Poder Executivo, até porque é a Secretaria que tem de garantir o número de...

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Defensores.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Defensores, para poder a coisa funcionar. Agora, acho que essa ação desse setor que acompanha o processo judicial e viabiliza que esses homens e mulheres possam ter minimamente seus direitos garantidos e, com certeza, boa parcela deles já está gozando de liberdade por conta disso, ou a gente faz isso ou não vamos chegar a lugar nenhum. E aí acho que a gente tem... o Ministério Público tem um papel muito grande de, junto à CPI, estar cobrando do Judiciário que ele de fato abrace esse problema como seu e coloque isso na ordem de prioridade para ele poder enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Com a palavra o Promotor Público, Dr. Marinho. Só para registro.



O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - O Ministério Público também sente falta de efetivo. Temos algumas comarcas de 1ª entrância que não têm Promotor. Mas por que não têm? Porque a Procuradora esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não podemos contar com todas as comarcas com seu efetivo de promotores completos porque esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, com relação àquele problema que foi colocado aqui por parte do Deputado, eu estive lendo a carta de guia da D. Francisca. Ela já deveria estar no regime aberto a partir do dia 19 de fevereiro. Alguma coisa está errada aí, como também provavelmente a informação que foi passada para ele de que o preso estava no regime semi-aberto por 4 anos, isso aí é humanamente impossível, legalmente impossível, não existe. Então, eu me comprometo aqui de, amanhã, procurar apurar esse fato aqui — o Dr. Bento também tem uma cópia desse problema aqui — e será solucionado o mais rápido possível.

Agora, tem alguma coisa errada aí, principalmente com relação à D. Francisca, porque, na própria carta de guia, informa que ela deveria ser beneficiada como regime aberto a partir do dia 19 de fevereiro. Se ela veio para cá próximo a isso aí, alguma coisa deve estar errada. Então, eu me comprometo aqui e darei a resposta aqui, se a Comissão ainda estiver aqui, darei a resposta para a Comissão o mais rápido possível. Caso contrário, eu passo para o Dr. Marcos Cals, e o Dr. Bento também tem uma cópia, a Diretora do Presídio Feminino também tem uma cópia e, em conjunto, nós vamos apurar esse fato. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Bornier.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos assistem e que nos acompanham, eu queria fazer uma pergunta aqui, primeiramente, direta ao Secretário que é também ao Coordenador aqui do Sistema Penal, que, no início aqui dessa audiência se disse muito feliz com o sistema, com os avanços e, logo em seguida, tivemos aí o fato ocorrido de duas vítimas aqui no Estado. Então, eu queria saber qual é a iniciativa, o que o Estado, o que a Secretaria, quais são as providências que estão sendo tomadas nesse momento? O que está acontecendo lá de uma forma mais clara que a gente possa saber aqui, até



mesmo porque essa CPI tem oportunidade de estar aqui, amanhã já não estaremos mais aqui, porque vamos para o Piauí. É a oportunidade de nós ajudarmos, afinal, foi colocado aí que essas 2 mortes foi devido à tentativa de fuga através do túnel, mas não foram somente duas mortes que tiveram esse ano e sim 29 mortes. É um número muito alto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Não, em um ano. Eu não falei no ano de 2008. Eu falei que, em um ano, tiveram 29 mortos, como foi colocado há pouco aqui, através desse dossiê que, em breve, teremos a oportunidade... Não tivemos a oportunidade de ler, mas tivemos informações. Queria que deixasse de uma forma mais clara aqui, até mesmo de como essa CPI pode participar, de até mesmo de estar lá no local, porque eu tenho certeza que nenhum de nós que estamos aqui, titulares dessa Comissão, tanto o Relator como o Presidente gostaríamos de sair daqui desse Estado, hoje, com uma certa insegurança de por que não... a gente podia fazer mais e não fez. Então, a gente está aqui, a gente realmente quer colaborar, quer ajudar no intuito de ver o por que está acontecendo e cobrar providências.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Primeiramente, esclarecendo, porque eu disse que eu ousava discordar aqui da colega quando ela disse que ficava triste quando iria discutir a questão prisional. E eu disse que, ao contrário, ficaria feliz em discutir, porque eu via uma luz no fundo do túnel com relação a essa questão. Não é feliz porque o sistema prisional está nesse quadro.

Quero deixar bem claro aqui. Estou apenas... Segundo momento, com relação ao caso em si, que nós tivemos já 6 mortos, com esses 2 de hoje, 8 mortos esse ano. É uma preocupação muito grande. São 8 vidas. Agora, o que nós estamos observando aqui, no Estado, é que, muitas vezes, isso já está partindo daqui de fora. Os grupos organizados, quando o preso parte desses grupos, fica alguém aqui fora e começa na investigação policial, começa aquela questão de denúncia. Alguém, para se beneficiar, vai lá, dá o inquérito e denuncia A, B, C ou D. E termina alguém que denuncia, termina migrando para o sistema e, ao chegar aí, se depara com um quadro, e ele chega na condição de alcagüeta, como também aquela disputa interna que existe nas prisões: disputa pelo tráfico, disputa pela questão do celular, enfim,



até por mulheres. Às vezes, o cara tem uma mulher bonita, o cara quer tomar a mulher, tem uma filha. Então, termina tendo essas querelas internamente. Não sabemos com precisão sobre esses 2 casos aqui, efetivamente, o que foi que aconteceu.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Foi agora, após a nossa saída?

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Após, após. Foi agora por volta de 16h, 16h20. É, ninguém sabe. A descoberta foi agora, por volta das 16h porque uma visita saiu e deu esse informe para o policial de que teria 2 presos mortos. O que é que nós fizemos? O que é que nós estamos fazendo? Primeiramente, fomos checar isso, com muita cautela, esperamos os visitantes saírem porque poderia até ter um conflito com visita, com criança, alguém lá dentro. E foi feito o isolamento da área, a área está isolada.

Convocamos, convidamos a perícia técnica. A perícia técnica está lá, fazendo todos os exames preliminares. E vamos fazer um trabalho. Convidamos o delegado de plantão e vamos fazer um trabalho de investigação para ver se identifica. Claro, com aquela... sempre com aquela preocupação de que muitas vezes um preso mata ou manda matar e vem aquele, que nós chamamos, no nosso linguajar, o laranja para assumir aquele delito. E isso é muito preocupante, porque, às vezes, vem aquele pequeno, vem aquele laranja, vem aquele menorzinho para assumir aquele delito.

Então, as providências estão, nesse exato momento, de isolamento, aguardando a perícia. Não sei se a perícia já chegou, os corpos lá, "imexível". Partimos para uma segunda fase com relação junto aos familiares. Se tem condições de fazer o sepultamento. Se não tiver, o Estado faz, vai deixar o corpo lá onde for necessário. E aí, vamos levar para a Polícia Judiciária para a instalação do inquérito policial e as providências aí em Direito admitidas.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Deixa eu fazer só mais uma pergunta aqui, mas eu vou fazer para a Sra. Ruth ou para a Sra. Aline, que eu achei muito importante o projeto que vocês destacaram aqui no início da audiência, o Projeto Reconstruindo a Liberdade. Eu achei um projeto muito interessante até mesmo por fazer parcerias com faculdades. Então, eu sou do Rio de Janeiro, a gente visitou diversos Estados, e eu vejo que isso não acontece. Eu não sei por que dessa



dificuldade, eu não sei se são as próprias instituições que não querem. Então, queria saber como é que vocês conseguiram atingir esse primeiro passo, que eu vejo muito importante.

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - O problema reside exatamente porque as faculdades não podem arcar com o ônus de enviar seus alunos para dentro de uma penitenciária. E a Pastoral Carcerária já está dentro das penitenciárias há muito tempo e já tem um trabalho organizado de visita, de escuta. Então, para nós, acrescentar um questionário não é uma coisa muito difícil, não é uma coisa muito complicada. É lógico, a gente teve que fazer um... segundo o Padre Marco aqui, a Pastoral progrediu de regime, porque a gente passou de um trabalho... passou para um trabalho mais, vamos dizer, mais comprometedor ainda. Mas a gente teve que formar, capacitar os agentes. Então, tudo isso é muito penoso também para nós, custa dinheiro, muito dinheiro. A gente não tem dinheiro. A gente faz isso mesmo na...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - No amor.

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - No amor e na raça.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Mas eu vejo uma diferença, aqui, no Ceará. Por exemplo, no meu Estado, Rio de Janeiro, eu vejo uma dificuldade muito grande da Pastoral Carcerária de trabalhar dentro do sistema penitenciário.

A SRA. RUTH LEITE VIEIRA - Talvez seja porque não existe uma abertura. Aqui nós temos o Dr. Marcos...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - É, depende muito do Secretário...

A SRA. RUTH LEITE VIERIA - ...Cals, que faz... ele entrega para nós a Secretaria, sim. Então, a gente tem uma abertura, condições de dialogar. Não significa dizer que nós concordamos com os problemas do sistema. Não concordamos e vamos sempre nos posicionar contra muitas coisas, mas a gente tem abertura para colaborar. Então, depende do sistema? Depende. Depende também de uma visão.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Se você puder mandar para a gente esse projeto, essa informação de como iniciou...

A SRA. RUTH LEITE VIERIA - Podemos.



O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER -... porque de uma certa forma a gente está aqui...

A SRA. RUTH LEITE VIERIA - E não precisa ser só a Pastoral Carcerária, qualquer instituição que visite... qualquer igreja, qualquer instituição que visite presos ou visite as filas ou tenha acesso às pessoas pode fazer esse trabalho.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Como você colocou agora, as Faculdades de Direito. Normalmente, os estudantes precisam fazer um estágio. Por que não fazer um estágio e por que não incentivar ou então como chegar a essas faculdades que tiveram incentivo...

A SRA. RUTH LEITE VIERIA - Aí, como a gente manda os questionários para lá....

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Isso foi um trabalho de conscientização. Como você chegou e como foi a aceitação, para que a gente possa levar realmente para outros lugares?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MARINHO - Assim que o Dr. Marcos Cals, assumiu ele disse: *“Eu quero idéias. Tragam sugestões, tragam idéias”*. Então, a gente formatou esse projetos e levou até ele. Nós somos professoras também das faculdades. Então, nós já temos essa entrada. E eu era professora de Núcleo de Prática Jurídica, assim como a Ruth, Núcleo de Prática Jurídica. Então, a gente via, a gente atende família, atende cível, nós Núcleos de Prática Jurídica, por que a gente também não atende a situação dos encarcerados? Já, em 2006, fizemos um plano piloto, assim, levando alguns prontuários para serem analisados em uma faculdade. E houve receptividade. Os alunos se interessaram, gostaram de fazer aquele trabalho. Então, foi só uma prévia. Aí, depois, fomos amadurecendo, progredindo para mais universidade, com apoio da Pastoral Carcerária, e a Defensoria Pública sempre coordenando todo esse proceder, esse procedimento.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Da mesma forma, com os estudantes, eu vi também o presídio feminino hoje com empresas lá se instalando, uma empresa de roupa de moda incentivando. Então, da mesma maneira que aconteceu ali com os estudantes no estágio, eu gostaria de saber também como levar isso, como chamar essas empresas, porque o que se fala, hoje, é que elas não estão nem um pouco interessadas, não querem investir, entrar, quando, na verdade,



é até uma oportunidade, porque é uma mão-de-obra mais barata, elas realmente se dedicam. Você viu lá uma profissional, hoje, lá da empresa, auxiliando e ajudando aquelas costureiras, assim num trabalho muito bonito, porém muito pouco do que pode atingir uma dimensão muito maior.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Eu vejo assim: eu acho que há intenção, acho que a iniciativa privada está aberta a parcerias positivas, hoje, não tem dificuldade. A grande questão que eu vejo é, para isso, precisa que a estrutura do presídio, a estrutura física permita você abrigar uma unidade produtiva, uma parceria externa público-privada. Precisa que o presídio em si tenha uma ambiência interna que permita, que confira a esse investidor segurança para trabalhar. As pessoas que vão para dentro da unidade, como você viu, hoje, no caso da Socorro, têm que ter um perfil diferenciado, tem que ser uma empresa que realmente encampe os desafios...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - De abrir esse leque. Não ficar somente naquela coisa de costurar bola e sim fazer tapete, fazer outras coisa mais.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Exatamente. E mais do que isso, ela precisa entender que, mesmo dentro da unidade prisional, tem as suas especificidades e precisa... Tem algumas coisas de natureza até subjetiva e objetiva também. Subjetiva no sentido de quê? As pessoas aqui fora têm medo do sistema prisional, porque o que passa, o que se ventila, o que se diz é que lá só tem demônio cuspiendo fogo. É uma coisa complicada. Então, todo mundo tem medo de chegar. No ano passado, nós recebemos da UNIFOR e de algumas outras universidades particulares daqui uma quantidade de visitantes muito grande. Até o Defensor, Dr. Leandro, puxou muito esse cordão e foi quebrando, e era visita quase todo dia. E aí vai estimulando as pessoas a quererem participar, se dedicar. Então, é preciso que o sistema se estruture um pouco para poder potencializar e viabilizar essas parcerias, porque, sem nenhuma segurança, sem nenhuma condição, sem nenhuma estrutura, fica muito difícil de as pessoas, por mais bem-intencionadas que sejam, efetivar uma parceria permanente com uma certa sustentabilidade. Eu vejo essa questão. E, digamos assim, o estado de segurança, vamos dizer, o ambiente de segurança, favorecem muito isso. é preciso que isso seja pontuado.



O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Tira a ociosidade de uma certa forma.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Tirar a ociosidade e as pessoas passem a ser, quer dizer, os presos passem...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Mais valorizados, maior auto-estima.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - ... a ter valorizado, auto-estima lá em cima. Tem capacitação, muitos deles não têm. Então, naquela fábrica...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Já sai de lá com uma profissão.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - ... naquela fábrica que você viu, sempre tem 4 presas permanentemente em treinamento, em treinamento. Às vezes, elas começam só pela remissão. Mas por quê? Como qualquer hora alguém vai sair, a rotatividade é, às vezes, acentuada — no feminino até que é, graças a Deus —, e aí tem sempre alguém preparado. Então, tem que ter essas especificidades mais internas, tem que ter um projeto mais interno que consiga consolidar isso. no feminino, nós temos... aí é extra-institucional, está fora desse projeto da Aline, mas comunga com ele. É que a gente tem uma funcionária que, por sinal já foi do Fórum, trabalhou muito tempo, que conhece o pessoal das varas, toda a equipe e está lá todo dia, empurrando os processos que o Dr. Leandro vai preparando, e até que a gente tem conseguido dar uma saída, um percentual de saída até razoável dentro do feminino por conta disso. Então, isso mostra que o trabalho... esse projeto, Construindo a Liberdade, que as meninas estão colocando, ele é perfeitamente viável. Até porque há um acompanhamento dos processos lá fora, que é a grande dificuldade. Não é só o atendimento interno, é a condução do processo em fórum, na vara, atrás de documento e tal e tal e a assistência à família e o retorno ao preso.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Mas, de uma certa forma você vê alguma diferença em relação à ressocialização, esse trabalho de qualificação para o homem e para mulher?

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Não.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Porque, na verdade, nesses presídios que a gente tem visitado, eu vejo um maior trabalho em relação às mulheres. Porque, quando você fala do homem, realmente o agente penitenciário já fala: *“A gente não tem condições, porque não tem fiscalização. Tem que ter mais*



agente penitenciário...” Ou eles podem usar isso de uma certa forma para fazer arma, então é perigoso. Já no feminino eu não sei. Eu não sou analista nem psicólogo, mas isso, em termos de visibilidade que eu pude ver nessas minhas visitas, no sistema feminino isso acontece de uma forma mais leve, não sei se porque esses homens têm um perfil mais violento, mais estressante...

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Eu acho que não é nem só por isso. Eu acho que nos masculinos a concentração carcerária é maior, muito maior, e a estrutura dos presídios masculinos não comporta um trabalho, entendeu? Porque você tem que segregar as pessoas. Por exemplo, lá no feminino nós criamos recursos humanos para os presos, que é a gente traçar o perfil, entendeu? Cada atividade passa por uma série de critérios de triagem, de avaliação, de credenciamento. Isso é colocado para as presas, e elas procuram preencher esses pré-requisitos.

Então você vai criando internamente uma série de fatores que colaboram para que isso possa acontecer, porque, numa comunidade concentrada, sem estrutura, com deficiência de pessoas, sem acomodação, sem segurança, realmente não tem condição. Aí é o confinamento...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Vocês estão de parabéns. É apenas uma sugestão, porque todos nós somos Deputados Federais e, além de fiscalizar, estamos lá para fazer leis, então nada mais justo do que estar aqui à disposição de colocar a vocês também uma oportunidade. Por que não fazer projetos de lei que venham beneficiar a inclusão aí do trabalho, a inclusão do estudo...? Estamos aí abertos.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Agora, no projeto de lei, eu até me arriscaria a sugerir. Não sei nem se é... mas eu acho que operacionalmente ela é factível. Primeiro, não ter presídio com uma população, eu acho, que exceda a 500 presos. Não há...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Não, já estivemos com o Ministro Tarso Genro, lá com o Maurício também, do DEPEN, e ele já colocou que o máximo é realmente 450, 500 presos...

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Eu estou falando assim no extremo. Começar com 200, 400, eu não sei, porque mais do que isso é impossível



você administrar positivamente e com eficiência, muito, muito difícil. E que as estruturas físicas, elas sejam, digamos assim, que a planta comporte espaço para um trabalho religioso, um trabalho espiritual adequado, porque os presos precisam demais.

A situação de reclusão, ela requer um trabalho de espiritualidade muito pesado. Que se requeira um trabalho para formação, para espaço para a formação desses presos e para ocupação. Não há socialização sem formação e ocupação. Não há possibilidade, não há milagre. Então o espaço tem que comportar isso, no meu ponto de vista. E pessoas, digamos assim, preparadas — aí a escola que a Aline falou é muito importante —, pessoas preparadas para lidar com essa realidade, numa perspectiva de socialização. Aí é bem verdade que os presos que têm o crime como profissão e não têm mais jeito, num estado de patologia crônica, eles têm que ter um tratamento específico, diferenciado. Mas a grande maioria, como a gente vê, que são pessoas primárias, muitas vezes motivadas por outros fatores externos que não, digamos assim, a premeditação e a firmeza do crime como profissão, entre aspas, é muito grande dentro dos presídios e comporta essa mudança, no meu entendimento. É perfilar políticas em cima disso aí que eu acho que a gente consegue avançar.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós concedemos a palavra ao Deputado Paulo Rubem, e devolvo a condução dos trabalhos ao Deputado Neucimar Fraga. E, na oportunidade das respostas ao Deputado... O Padre Marcos Passerini, se quiser se manifestar.

O SR. MARCOS PASSERINI - Eu peço licença porque estou de saída, um pouco atrasado. Eu queria deixar também uma palavra. Primeiramente, eu gostaria que não ficasse, que não passasse despercebida a situação do IPPS. Me parece que desde 1994 estamos com o contingente policial dentro da muralha. Desde 1994, por várias razões. Então é bom ver por que que isso está acontecendo e até quando nós precisaremos do IPPS com a Polícia Militar dentro do estabelecimento.



Segundo ponto. Eu gostaria de ter certeza que os administradores de alguns presídios não estejam aliciando algum preso ou favorecendo algum preso em troca de informações. Tenho algumas... Não posso provar, não tenho provas, mas tenho suspeitas de que inclusive as mortes que ocorrem após a descoberta de túnel ou de entrada de celulares também podem ser conseqüência de alguém que foi e passou informes para a própria direção. Repito: são suspeitas, sem poder provar isso.

Outro ponto que eu gostaria que não passasse despercebido para a CPI, não só no Ceará, mas para o Brasil afora. Não temos o perfil dos presos hoje, mas está na cara que hoje a população carcerária é prevalentemente juvenil. Nós estamos ainda com metodologias que não foram adequadas nem para adultos, imagine agora nossa pedagogia, ou metodologia, com jovens que vêm de experiências pesadas, às vezes até de casas tipo FEBEM, jovens que já vêm do mundo da droga e do *crack*, que não é a maconha. Nós não temos pedagogia adequada, estruturas adequadas em relação à dependência química. Não temos em nossos presídios nenhum tratamento químico, nenhuma pedagogia, nenhuma terapia própria para os dependentes químicos. Isso poderá causar, daqui a poucos anos, um estrago bem maior.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao padre que esteve conosco participando de todas as visitas realizadas pela CPI do Sistema Carcerário.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, só para registrar, o nome dele é Marcos Passerini. Padre Marcos Passerini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Padre Marcos Passerini.

Deputado Paulo Rubem Santiago, do PDT de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Obrigado, Presidente. Boa noite a todos e a todas. O Deputado Domingos Dutra exerce na CPI da situação carcerária a função de Relator-Geral, e essa função foi compartilhada com alguns dos Deputados e Deputadas nesta CPI. Aqui ao meu lado, a Deputada Cida Diogo, que apresentará um sub-relatório tratando da condição da população carcerária feminina em todo o território nacional. A mim me caberá apresentar um relatório



acerca das condições orçamentárias e financeiras relacionadas com o funcionamento da execução penal no País.

Eu, além de ser membro da CPI, sou titular da Comissão de Orçamento, Planos e Fiscalização e até o ano passado fui também Deputado da Comissão de Segurança Pública, na Câmara dos Deputados. O que eu gostaria de chamar a atenção é que nós estamos assistindo, nas visitas que a CPI faz nos Estados, nas audiências públicas, inclusive quando a CPI se desloca não só para os presídios e para as penitenciárias ou carceragens, mas também quando nós nos deslocamos para as varas de execução criminal, como fizemos na semana passada, em Belo Horizonte, na visita que fizemos ao complexo penal de Ribeirão Neves, nós temos observado uma série de problemas que se acumulam, embora nós tenhamos uma Lei de Execução Penal que completa este ano 24 anos, nós temos uma lei complementar que criou o Fundo Penitenciário, que completa este ano 14 anos, e a nossa Lei de Execução Penal, não sei o artigo — 61 —, relacione diversos órgãos que integram como órgãos à execução penal. E a situação concreta que nós temos, com algumas variações de Estado para Estado, é de uma absoluta falência do sistema carcerário brasileiro.

Eu quero aqui dizer que a CPI tem tido, nós, integrantes da CPI, temos tido a máxima compreensão frente as dificuldades que nos são apresentadas pela gestão dos presídios, seja dos presídios masculinos seja dos femininos, pela escassez de defensores públicos, pela escassez de Municípios como sedes de Comarcas, pelas impossibilidades vividas pelo Ministério Público no tocante à expansão do quadro de promotores nas diferentes Comarcas. Nós temos tido a mais expressiva compreensão em relação a essas dificuldades.

Mas eu quero particularmente considerar, hoje, aqui em Fortaleza, na nossa visita às unidades prisionais e aqui nesta audiência pública, inaceitável, injustificável e eu diria até irresponsável a ausência do representante do Poder Judiciário, responsável legalmente pela competência das varas de execução criminal. E o faço de maneira impessoal. Não nos interessa saber quem é o juiz, quem é a juíza, há quantos anos ocupa ou exerce a vara. É uma insustentável ausência, considerando a responsabilidade maior que cabe ao titular da vara de execução penal pela regência, eu diria, pela condição de maestro de todo o processo da execução penal,



porque todas as demais funções, por si só, não têm competência jurídica para decidir sobre a vida do preso. Se os defensores públicos ocupam todos os cargos disponíveis na Defensoria Pública; se os defensores públicos batem recordes de produtividade no atendimento aos presos; se os promotores públicos têm todos os cargos de primeira instância preenchidos com orçamento adequado; se os promotores, que também têm no Ministério Público um dos órgãos da execução penal, batem recordes nos plantões na assistência aos presos; se toda a estrutura do sistema carcerário criminal funciona, e ela não é acompanhada pela estrutura do Poder Judiciário, pelo acompanhamento *pari passu* do titular da vara de execução penal, o sistema todo capenga, o sistema todo tropeça, o sistema todo claudica.

E eu estou dizendo isso porque, quando nós fomos ao complexo penal, ao Fórum de Ribeirão das Neves, nós nos sentamos numa mesa maior do que esta aqui com o Juiz inclusive da Vara Cível, que foi o autor de uma ação popular contra a iniciativa do Governo do Estado de Minas de construir presídios sob o regime de parceira público-privada, com os argumentos que já foram ditos aqui. De que forma o Poder Executivo, isoladamente, pode decidir pela construção de presídios que vão demandar mais agentes penitenciários, psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos, que vão demandar um maior volume de processos nas varas de execução, sem discutir a iniciativa da construção dos presídios conjuntamente com as demais instâncias da execução penal?

E nós nos reunimos lá e ouvimos, como ouvimos do Juiz da Vara Unificada de Belo Horizonte, a mesma situação daqui: 8 mil, 9 mil, 10 mil, 11 mil processos. Nós fomos na sala da Juíza que é titular da Vara lá de Ribeirão das Neves e vimos a precariedade das condições, não só de trabalho da Juíza, como dos servidores do Tribunal de Justiça. Em compensação, anuncia-se que o Poder Judiciário Estadual em Minas Gerais vai construir uma sede de 350 milhões de reais, e, segundo os juizes nos delegaram, nos informaram, nem os membros da Corte têm conhecimento de como se divide o orçamento do Poder Judiciário no Estado de Minas Gerais. É uma indecência que se construa num Estado como Minas Gerais uma sede para a alta cúpula do Tribunal de Justiça orçada em 350 milhões, quando nós vimos 11 mil, 12 mil processos sob a responsabilidade de uma juíza. E a promotora que tem atuação na Vara de Execução Penal nos disse: “*Srs. Deputados, esta situação aqui*



é um incentivo a uma rebelião por semana, porque qualquer um de nós, despidos da função que ocupamos e investidos nas condições desses presos, independente da condição — primária, de reincidente, de praticante de crime hediondo ou não, porque a lei existe para que seja cumprida —, qualquer um de nós, na condição desses presos, privados da alimentação, muitas vezes, privados das visitas familiares, privados de condições salubres, privados do acompanhamento devido no processo pelo defensor público, privados até, por falta de escolta, como vimos lá em Pernambuco, no meu Estado, no caso do Presídio Aníbal Bruno, de ter as devidas audiências com o juiz, qualquer um deles é preciso que tenha muita estabilidade emocional, mas muita estabilidade emocional, para não admitir a participação numa rebelião ou numa tentativa de fuga.” Porque muitos deles, como nós temos visto sobretudo com as mulheres, já foram vítimas da violência do Estado antes de cometerem violência contra a sociedade. O Estado lhes ofereceu a educação pública de qualidade, a formação profissional, a oportunidade de emprego? Quando se diz que a responsabilidade da educação também é da família, é preciso perguntar: o que é a família? É só o ajuntamento físico e animal de um homem e uma mulher e o cuidado com a prole animal dos filhos? Ou a família é uma instituição que também tem direitos constituídos do ponto de vista da escolarização, do ponto de vista do acesso ao emprego, do ponto de vista da habitação adequada?

Então nós estamos numa situação de falência absoluta. Eu quero até aqui compartilhar e sugerir: os relatórios que o Departamento Penitenciário tem publicado — um deles está disponível, inclusive, *O Fundo Penitenciário em números* — mostram muito bem que uma das razões de não se conseguir aplicar adequadamente os recursos do FUNPEN é a submissão da política nacional criminal e carcerária à ordem econômico-financeira.

Nós temos tido aqui, desde a hora em que chegamos, um acompanhamento muito solidário e atencioso do Secretário Cals, mas quem deveria estar também numa audiência como esta era o Secretário da Fazenda do Estado. Porque, quando o Ministério Público não tem orçamento, é preciso que se discuta de quem é a responsabilidade por assegurar orçamento adequado ao Ministério Público. Muitas vezes, o Poder Executivo administra mal recursos que não são da sua esfera de competência, confunde Tesouro Estadual com chefia do Poder Executivo, e o



orçamento que o Ministério Público envia para as Assembléias, ele é muitas vezes desrespeitado — quando muito, sofre uma correção nominal da inflação, sem que se atendam às metas que o Ministério Público deve apresentar.

Então nós estamos focando a nossa intervenção nessa diretriz. Não adianta o Poder Executivo tomar decisões isoladas, não adianta o Poder Legislativo fazer leis mirabolantes. Nós temos aqui na Lei de Execução Penal uma série de normas que estabelecem responsabilidades para as diferentes instituições, órgãos de execução. Por exemplo, o Conselho da Comunidade, o Conselho Penitenciário. Será que aqui no Estado do Ceará o Conselho Penitenciário está devidamente regulamentado por lei estadual? Será que aqui no Estado do Ceará a sociedade exerce alguma influência para fiscalizar o Conselho Penitenciário Estadual, que tem a obrigação de acompanhar a execução das penas, a situação da população carcerária, a situação das instituições prisionais? Quem responde, quando somam-se ausência do promotor de Justiça e da Defensoria Pública a escassez de agentes penitenciários quando acontece uma rebelião, uma tentativa de fuga ou homicídios? É o Estado? É o Secretário quem vai responder? Qual é a responsabilidade civil e penal? Qual é a responsabilidade do ponto de vista da falta de recursos?

Então, na verdade, Presidente, eu quero concluir dizendo que este sistema, da forma como ele se encontra no Brasil inteiro, é uma grosseira burrice. É uma burrice para o Poder Público manter o sistema carcerário nas atuais condições. É jogar dinheiro fora. É produzir inoperância e insuficiência de providências, ineficiência de gasto público, ineficácia no cumprimento da pena. Então é preciso que nós que fazemos a lei federal, que fiscalizamos o orçamento federal, que nós nos empenhemos em descontingenciar os recursos do Fundo Penitenciário. Mas nós também temos que, nos Estados, lutar para que, quando os Estados realizem convênios com o Fundo Nacional de Segurança Pública ou com o Fundo Penitenciário, não pratiquem os delitos que nós vimos publicados pela Controladoria-Geral da União em quase 10 Estados da Federação, onde foram construídas delegacias e quem primeiro deveria ir preso era a empreiteira e a autoridade que licitou a obra e pagou obra superfaturada. São 10 Estados, praticamente, com os contratos todos sob auditoria da Controladoria-Geral da União, por fraude, superfaturamento, sobrepreço e indício de corrupção.



Então essa é uma estrutura que só vai ser enfrentada com a máxima transparência. É um apelo que eu faço aqui, sincero, ao Secretário: que envide todos os esforços possíveis, através de convênio com a Universidade Federal do Ceará, com o seu Departamento de Ciências Contábeis, para promover a mais absoluta transparência dos recursos que recebe da Secretária da Fazenda, a mais absoluta eficiência na execução das funções desses órgãos da administração penitenciária estadual. Porque é essa transparência, é essa busca da eficiência que vai permitir que, quando a Defensoria Pública, que luta por sua autonomia, quando o Ministério Público, quando o Próprio Executivo elaborarem os seus orçamentos, não vá ser um orçamento prum lado para Aquiraz, outro para Parangaba, outro para Aldeota, outro lá para Crateús, vá ser um orçamento convergente.

Alguém aqui foi consultado para discutir o orçamento do Poder Judiciário no Estado do Ceará? Quem que decide quantas novas varas criminais o Tribunal de Justiça vai criar? Quem que decide quantas novas varas de execução criminal o Poder Judiciário vai criar? É a cabeça do desembargador? É a cabeça do Presidente do Tribunal? Ou essa decisão tem de ser tomada em função da responsabilidade do Ministério Público, da direção do presídio, da Secretaria?

Então, esse é um trabalho que nós estamos tentando fazer, e eu quero deixar aqui esta preocupação. É preciso que o orçamento do sistema carcerário brasileiro seja discutido conjuntamente. Não funciona o Poder Judiciário tomar suas decisões nos palácios dos Tribunais de Justiça dos Estados, o Poder Executivo decidir sozinho que vai construir presídio, que vai construir carceragem, que vai fazer parceria público-privada, como não adianta o Ministério Público sozinho decidir quais são os investimentos que vão ser feitos, ou que não poderão ser feitos, como disse aqui o nosso querido promotor, pela espada draconiana da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tem responsabilidade fiscal, mas não tem responsabilidade com a Lei de Execução Penal, porque o Orçamento não garante os recursos necessários. Então, ou se cria uma estratégia conjunta, eu diria até com a perspectiva revolucionária de transformar essas instituições, ou nós vamos passar mais 10 anos — sai um Secretário, entra outro; muda Governador, entra outro — com a mesma lógica do faz-de-conta.



E quero encerrar, Presidente, dizendo que se completam 10 anos — 10 anos, repito —, no dia 13 de abril, da publicação de um artigo no jornal *O Globo*, da professora Julita Lemgruber, que é uma das especialistas, na área acadêmica, em sistema prisional, em segurança pública, intitulado “*Pior impossível*”. Ela escreveu, no dia 13 de abril de 1998, que nós estávamos numa situação insuportável, porque tínhamos registrado, um ano antes, 170.207 presos com um déficit, naquela época, de 96.010 vagas. Em 10 anos de execução do Fundo Penitenciário, foram geradas, com recursos federais, até 2005, 67.008 vagas, e hoje o nosso déficit é estimado em mais de 140 mil vagas.

Das duas, uma: ou nós estamos aplicando mal os recursos, ou a sociedade continua produzindo condições de criminalidade e de violência insuportáveis, ou nós estamos todos fazendo de conta que fazemos a lei, vocês fazem de conta que administram os presídios, a autoridade estadual faz de conta que gasta para manter o sistema prisional, e a criminalidade não faz de conta de maneira alguma — ela faz e vem provocando todo o dano, todo o caos que está acontecendo na sociedade.

Era isso que eu queria compartilhar com vocês.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Presidente, pela ordem. Se V.Exa. permitir, só uma informação do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Programa do Governo Federal, o PRONASCI, tem 1,6 bilhão para investir no ano de 2008. Desse 1,6 bilhão, tem, para o sistema penitenciário, apenas 137 milhões, ou seja, 117 milhões para a construção dessas unidades para a população jovem, de 18 a 24 anos, com 421 vagas, e 20 milhões para equipá-las. Apenas, também, para os 11 Municípios incluídos no PRONASCI. Eu não sei se caberia uma sugestão da própria CPI para o sistema penitenciário que aumentasse um pouco mais esses recursos para o sistema penitenciário, e uma penitenciária de 421 vagas para cada Estado da Federação. Eu acho que já dava uma desobstrução nesse contingente que nós temos da população carcerária. Eu não sei se isso aí eu poderia incluir como sugestão lá para o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós já fizemos algumas audiências com o Dr. Maurício, do DEPEN, e vamos ter uma audiência com o



Ministro da Justiça. Já tivemos uma audiência com ele e vamos ter uma outra audiência, para debater esse programa, mas, na última audiência que nós tivemos com o Ministro da Justiça, inclusive fomos cobrar a abertura de vagas para a população carcerária feminina no Brasil, que tem crescido muito, e as nossas penitenciárias hoje, no Brasil, normalmente são inadequadas. A maior parte dos presídios femininos são instalação aproveitadas de galpões, de hospitais, de sanatórios fechados. Então, nós estamos fazendo uma atuação junto ao Ministério, para que o Ministério possa abrir inscrições para projetos para a construção de novos presídios femininos no Brasil. E ele já aceitou a sugestão da CPI, inclusive vai realizar agora um grande mutirão com a Secretaria Nacional da Mulher, para atender a população carcerária feminina. Mas nós vamos fazer uma nova audiência com o Ministro e vamos levar essa sugestão do nobre Secretário, reconhecendo o esforço do Secretário nessa luta à frente da sua secretaria.

Nós vamos passar a palavra para o Relator e, logo em seguida, vai falar mais um agente penitenciário, que pediu para se pronunciar, o Alex Francisco. Ele vai usar também a palavra, aqui representando os agentes penitenciários.

O Deputado Domingos Dutra, Relator, para algumas perguntas. Tem 3 minutos para as perguntas e, logo em seguida, nós vamos passar a palavra para o Alex.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Antes de o Deputado Domingos fazer as perguntas, eu queria passar para o Secretário de Justiça uma cópia que eu consegui viabilizar, de Brasília para cá, improvisada, do requerimento que foi encaminhado no início da CPI pedindo uma série de informações sobre a situação das mulheres encarceradas no Ceará. E aí deve ter havido algum problema, porque o Governo não respondeu. Se pudesse responder para a CPI... E aí deixar na mão do Secretário, está bom? *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Deputado Domingos Dutra com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, vou tentar ser breve porque o que nós vimos hoje aqui nos estabelecimentos confirma tudo aquilo que nós já vimos em outros



estabelecimentos. Primeiro, a superlotação. E a superlotação, na minha opinião, talvez seja a mãe dos demais problemas, porque com a superlotação evita-se um outro problema que tem, que é a falta de política de ressocialização. Na medida em que os presos não trabalham, os presos não estudam, na medida em que a grande maioria deles é proveniente de famílias desestruturadas, proveniente de periferias... Como não tiveram um trabalho formal, esses presos, ao cumprirem as suas penas, voltarão a delinquir, voltarão para os estabelecimentos. É por isso que a reincidência é muito alta. Outro problema grave é a questão do jurídico. Nós não temos dados apurados para poder afirmar, mas esperamos, a partir de casos selecionados em cada Estado... Mas como a grande maioria não tem advogado particular e os poucos que têm advogados particulares reclamam que a assistência é deficiente... A grande maioria dos presos tem advogados dativos, advogados que o juiz dá no dia da audiência. E quanto aos outros que têm defensoria pública, nós consideramos que, pelos motivos expostos aqui e em outros lugares, a assistência é precária. Nós consideramos que a defesa técnica da maioria dos presos é quase inexistente. E nós queremos provar que a falta de uma defesa eficiente, onde o defensor faz uma boa defesa prévia, que junta testemunha, que pede diligências, que faz uma boa alegação final, que se esforça para recorrer ao Tribunal, isso acaba influenciando na quantidade de pena. Associado muito das vezes à indiferença dos juízes, que por considerar que aquele réu é preso, pouca sensibilidade vai ter para poder aplicar uma pena justa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Relator, V.Exa. me permite uma intervenção? Na verdade, recebi um telefonema do Dr. Bessa, há uns 20 minutos... Quando entrei, Paulo Rubem Santiago estava fazendo uso da palavra, justificando a sua ausência nesta audiência... Os motivos que ele alegou eu não posso falar em público, mas só para informar aos presentes que ele me ligou informando os motivos que o levaram a não estar presente aqui, nesta audiência. Só para consideração, fazer justiça, para não dizer que não houve nenhum comunicado da sua ausência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Continuando, essas questões do jurídico em todos os lugares que nós já visitamos e mesmo aqui na penitenciária feminina, em que o ambiente físico, a estrutura é boa, há trabalho, há um tratamento



bom, mas há problema na assistência jurídica. E essa assistência jurídica começa lá da delegacia... Na maioria das vezes, o flagrante é feito, e o juiz simplesmente homologa, não questiona. Nós encontramos situações que se o juiz, ao receber o flagrante, mandasse aquele preso à sua presença, mandava para casa. Mas simplesmente a Polícia tem um poder de julgamento muito grande. O que a Polícia faz o juiz homologa e o promotor assina embaixo. Os motivos nós até podemos verificar, muito excesso de trabalho, mas eu considero também que há uma indiferença do Poder Judiciário, do Ministério Público, que poderia chamar aquele preso à sua presença, fazer um breve interrogatório e, verificando se ele é primário, os objetos são de pouca monta, mandar soltar.

Nós temos aqui o caso... E hoje, numa passagem rápida... Nós temos o caso da Dona Verline Ferreira Santos, 22 anos, art. 155... Está há 30 dias. Ela foi presa com 7 latas de leite, foi agarrada dentro do estabelecimento. Se o juiz mandasse chamar, por que ia mandar para cadeia? Porque o flagrante tem um poder... Acaba sendo uma decisão judicial provisória. Então, essa questão da assistência jurídica é grave, é muito grave, porque os presos acabam sendo condenados sem uma defesa efetiva. Nós sabemos que os problemas são comuns em muitos cantos, mas, Sr. Presidente, são muito importantes as visitas. Porque, além de todos esses problemas que nós sabemos, o maior problema, na minha opinião, é o desconhecimento da realidade carcerária. Quem não conhece não sente; quem não sente não age. E nós sentimos que a maioria dos políticos que tem poder de mando quer distância de preso. Nós perguntamos: qual Governador vai à penitenciária? Nenhum Governador aparece. Poucos secretários visitam, juiz não vai, promotor não vai. Ou, se vai, vai na gestão. Mas para ir na porta de cela... Todo o mundo nos diz que ninguém vai, porque as pessoas têm medo. Nós chegamos hoje ali estava um aparato policial. Nós consideramos e agradecemos a nossa proteção, mas os presos estão querendo é socorro, e as pessoas têm medo de ir lá.

Feitas essas considerações, em função do avançado da hora, eu queria fazer algumas perguntas, primeiro para o Secretário Dr. Marcos. Primeiro: o sistema tem dados sobre as ocorrências criminais por ano, os fatos que chegam e são registrados nas delegacias? Tem algum sistema que registra isso?



O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Nas delegacias não cabe ao sistema penitenciário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor sabe se tem, se há esse registro?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Tem. Está tudo registrado no CIOPS, no Centro Integrado de Operações...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem condições de saber quantas das ocorrências, quantos inquéritos foram formalizados?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Da Secretaria de Justiça, eu não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor sabe se...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Perdoe, da Secretaria de Segurança eu não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor sabe se a Secretaria de Segurança tem esse dado?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Deve ter, não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós gostaríamos de saber, dos inquéritos, quantos se transformam em processos?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Da Secretaria de Segurança?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É a Segurança que trata disso, não é?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - A nossa Secretaria... Deputado, deixe só eu acrescentar. No ano passado, a Secretaria de Justiça instaurou, determinou sindicância por fuga onde tem agente penitenciário da Secretaria de Justiça... Porque nós temos cadeias em que o carcereiro é *ad hoc*, é da Prefeitura. Mas naquelas que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe em quantos Municípios o carcereiro é *ad hoc*?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - O Dr. Bento Laurindo é coordenador do...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Quarenta e dois Municípios *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sem treinamento?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - É ou... De vez em quando mandam para cá, e a gente faz o treinamento. Mas nós abrimos sindicância por fuga ou outra coisa, em torno de 10 a 15 inquéritos lá na Secretaria, sindicância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Facilitação de fuga?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Possível facilitação. O inquérito é que vai constatar. Mas apenas naquelas onde a Secretaria de Justiça está apurando com o agente penitenciário. Agora, com *ad hoc*... Deve ter mais uns 15 inquéritos com carcereiro *ad hoc*. Devemos ter tido, no ano passado, em torno de uma fuga de umas 30 cadeias, falando aqui *grosso modo*, certo? Mas, das 30 cadeias, eu acho que 10 a 15 são agentes penitenciários da Secretaria da Justiça.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse dado é importante porque algumas das constatações que a CPI já fez é que estatísticas sobre esse tema são muito frágeis. Se não tem estatística, difícil o Estado gerar políticas. Agora que os Estados estão tentando aí com o DEPEN, tem um sistema de informações para poder ter esses dados.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - O DEPEN tem o INFOPEN, que é... Quando nós chegamos na Secretaria, e aqui não quero criticar ninguém, nós tínhamos 44% de inconsistência na informação, certo? Inconsistência. E hoje nós reduzimos, saímos da tarja vermelha da Secretaria da Justiça, estamos na tarja azul, de situação boa, de informação, nós estamos com inconsistência de 12%, certo? Doze por cento. E isso é um dado que sempre o Dr. Maurício Kuehne faz questão de registrar. Quando eu estive lá, fiquei até constrangido numa reunião que nós tivemos lá. Eu disse até para o Dr. Maurício, na frente do Secretário: "*Olha, o Estado do Ceará com 44% de inconsistência, em julho do ano passado*". Eu disse: "*Dr. Maurício, aguarde*". Com 4 meses nós já elevamos essa informação. Hoje, nós temos um banco de dados com a informação do preso, fotografado, com aquela informação mínima, qual é a formação dele, quantos filhos, companheira, a doença, remédio controlado, com os 10 dedos, biometria de 10 dedos e a voz... em torno de 8 mil cadastros, tudo informatizado. Só que jamais seria irresponsável de ceder sem



a convalidação de uma equipe. Nós estamos convalidando essa informação porque nós vamos disponibilizar para os operadores de direito: Ministério Público, Defensoria, OAB, Tribunal de Justiça, Secretaria de Justiça e DEPEN.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu vou fazer pergunta bem objetiva. Se o senhor puder também responder, facilita o nosso trabalho.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - O bom é o pingue-pongue.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu perguntaria para o senhor quantos mandados de prisão hoje existem aqui no Estado.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Essa pergunta eu vou lhe dar porque eu tenho a informação do jornal, Deputado, com todo respeito. Mas essa pergunta é lá do Judiciário com a Secretaria da Justiça. Mas por ter lido que o Secretário da Justiça, Secretaria da Segurança, lá da DECAP — Delegacia de Captura. Eu vi uma notícia no jornal em torno de 50 mil mandados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dos presentes aqui, alguém tem a informação de quantos mil mandados de prisão estão para serem cumpridos?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Só o ... Acho que alguém pode informar.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Só o jornal.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Só informação de jornal.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - *(Inaudível.)* Cinquenta e cinco mil mandados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Cinquenta e cinco mil mandados.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Está aqui, o Dr. Bento Laurindo está dando a informação oficial. Pronto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Hoje tem quantos mil presos no sistema?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, já há uma superlotação com 12 mil. Aí nós temos, então, quase 4 vezes a quantidade de apenados hoje, de presos fora para serem encarcerados.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Com 55 mil, sim. Agora tem que se levar em conta que, nesses 55 mil, tem mandado prescrito, tem pessoas que



já morreram e tem pessoas que já foram presas e que esses mandados se encontram ainda em aberto, infelizmente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Marcos, dos 12 mil presos hoje, eu queria perguntar para o senhor quantos trabalham, em que atividades e se essas atividades foram planejadas a partir da necessidade do mercado.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Bem, deixa eu só, vou lhe dar em termos percentuais. Nas grandes unidades, entre trabalho e estudo, nós estamos, nas grandes unidades, nos presídios, salvo as casas de custódia, as CPPLs, nós temos acima de 50% entre estudo e trabalho. E no interior, já que nós não temos as condições, nós estimamos em torno de 20% entre estudo e trabalho. Na verdade, não é essa a demanda do mercado. Depois que nós assumimos a Secretaria, nós concebemos, estamos agora com um grande programa que deverá ser implantado neste ano, no segundo semestre, para atender à demanda do mercado. Do que o mercado precisa? Bombeiro? Torneiro mecânico? Aí nós vamos fazer, encaminhar nesse sistema, para que, quando eles concluírem a pena, eles possam ser absorvidos no mercado de trabalho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A reincidência é de quanto?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - A reincidência, por informações que nós temos, chega a 65%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o custo de um preso hoje aqui neste...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Informação: preso terceirizado, 920; preso do sistema penitenciário, 650. Que não atende... O preso estatal não atende a LEP.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor falou que, já no ano passado, foram 28 presos que morreram.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não, não fui eu que falei não. Foi o dossiê do presidente do sindicato: 29, 28.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor confirma esse número?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Confirmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É homicídio, suicídio?



O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. Nós tivemos um princípio de rebelião em que morreram 3, logo no princípio de rebelião. Tivemos um enfrentamento com a polícia, no final do ano passado, e morreu mais um: quatro. Os demais, 1 na casa de custódia lá de Caucaia. O preso... Tem uma regra na cadeia que você não deve olhar para nenhum familiar. E um preso, lá na casa de custódia, andou passando a mão na bunda da irmã de 1 preso, e mataram com 90 e tantas forçadas. E tem várias maneiras. Ou também desavenças fora. Eles têm, muitos deles, desavenças fora e quando se encontram resolvem dentro do sistema penitenciário, ou por achar, por intuição, que alguém entregou, alguém alcagüetou para que a gente pudesse fazer na revista, tirar ilícito, como drogas e celulares ou como túnel.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma ação de indenização de familiares de presos por conta dessas mortes?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Eu passo para o coordenador da COSIPE, Dr. Bento Laurindo, que está há 27 anos no sistema penitenciário.

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - É. A gente tem conhecimento de algumas ações. Agora, infelizmente, com o julgamento de mérito, eu não tenho conhecimento nenhum. Em trâmite existe, mas com alguma decisão de mérito já eu desconheço.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essas mortes, todas elas, tiveram inquérito aberto, já foi concluído, foi para a Justiça?

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Sim, sim, sim. Eu quero só, se V.Exa. me permite, dizer que, dessas mortes, 28, nós tivemos, também, algumas mortes, em número de 7, mortes naturais. Não foram somente mortes violentas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Doenças, doenças?

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que tipo de doença?

O SR. JOSÉ BENTO LAURINDO DE ARAÚJO - Doença. Diversos tipos de doença, não é? Não sei especificamente, assim, dizer o tipo, mas tivemos diversos tipos de doença de mortes naturais, que o preso veio a óbito no hospital.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Foi relatado a nós um número muito grande de celulares apreendidos. Vocês têm uma idéia de quantos celulares foram apreendidos o ano passado?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - O ano passado...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - De todo o sistema.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - O ano passado, até o último número que nós tínhamos, 730 e alguma coisa, 735. O ano passado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Seiscentos e dezenove só lá no IPPS. É porque o Dr. Marinho é lá do IPPS: 619 no IPPS. Estou falando no sistema todo?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Seiscentos ou setecentos?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. Seiscentos e dezenove no IPPS. Mas, mas pode acrescentar, tranqüilamente, mais 150 em todo o resto do sistema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós vimos lá que no IPPS tem um controle, tem uma série de controles tecnológicos. Esses celulares entram de que jeito? Só pelas partes íntimas das mulheres?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Dr. Marinho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não, S.Exa. está falando de IPPS. O Dr. Marinho é o promotor de Aquiraz há muitos anos. Há quantos anos, Dr. Marinho? *(Pausa.)*

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Quatorze anos.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Quatorze anos. Ele deve ter instaurado alguns inquéritos por aí, vários inquéritos. De quais maneiras que podem entrar lá?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor podia... Dr. Marinho o senhor podia só falar aí esse número.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - É que ele é o promotor lá da...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Falar o número. Que o senhor pudesse informar se foi aberto algum procedimento e qual a conclusão.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Bom, geralmente os celulares e a droga entram através das partes íntimas das mulheres, claro. Nós temos um caso lá de uma mulher que ela levou droga não só no ânus, mas na vagina também. Ela teve que ser conduzida ao IML para retirar esse material. Nós temos outro caso lá de uma senhora, que já é bastante antigo, que ela pegou um bujão de gás, abriu, secou o bujão, abriu, mandou abrir o fundo do bujão, encheu de água e colocou um 38 dentro, depois mandou soldar. Então, são várias artimanhas que ele usam.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - E existem casos de crianças também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esse botijão entrou para dentro da cela?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. Porque ela ia levar, parece-me, para um preso. Eu sei que ela foi presa lá no IPPS. Mas faz mais de 5 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um botijão é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Um botijão de gás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para dentro da cadeia?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Foi. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E é permitido?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Lá, não, não. Dentro da cela, não. Ela ia levar para o IPPS, para quem que eu não sei. Agora, foi dentro do botijão, mas faz muito tempo isso, não é? Foi feito o inquérito. Agora, a droga, se duvidar, toda a quarta e todo o domingo entra, porque elas botam nas partes íntimas e entram. Porque ainda não tem aquele sistema de detectar a droga através de um aparelho, não é? Agora, armas, nós não temos notícias de entrada de armas. Mas, provavelmente, deve ter ainda alguma lá porque nós temos lá apreendidos 48 cartuchos de munição, de 380 e de 38, que nós passamos, agora, para a Secretaria de Segurança. Então, eu imagino que se foi encontrada a munição, a arma deve



estar lá por dentro ainda. Agora, passar por cima do muro é difícil, porque o IPPS é bastante isolado. Diferentemente do IPPO 1, que é ali na...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - IPPO 2 também, porque fica próximo da avenida e alguém pode passar e jogar, como foi o caso, agora, parece-me, que um cidadão foi preso jogando uma bola com vários celulares dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Preso, não é?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Pois é.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Marinho, já que o senhor já está com a palavra, perguntaria para o senhor: quantas comarcas existem aqui no Ceará?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Cento e oitenta e quatro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quantos juízes?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Bom. Depende das comarcas. Aqui em Maracanaú, nós temos 7 juízes; na nossa Comarca nós temos 3. Vai depender do tipo da entrância, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos os Municípios, portanto, têm comarca. Não tem nenhum termo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Não, tem algumas anexadas, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, é termo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - É termo, não é? Eles chamam vinculadas, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vinculada.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Vinculada. Nós temos vários.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, eu queria saber quantos, dos 184 Municípios, efetivamente são comarcas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Eu não tenho como dar esse dado.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quantos promotores existem aqui no Estado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Também não tenho como dar esse dado porque cada comarca tem uma quantidade diferente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aqui em Fortaleza,...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Eu não sei também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...quantos promotores de execução?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Dois. Por sinal, 1 deles...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na Capital toda?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - ... foi agredido num assalto e está para perder o olho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto desembargadores têm aqui no Estado?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Vinte e um, parece-me. Vinte e um. Vinte e três.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vinte e três?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - É. Vinte e três.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É. Qual é a remuneração, hoje, dos juízes desembargadores?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Eu não sei. Eu sei a minha. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a dos promotores?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. O desembargador, por favor, deixa eu só...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Desembargador.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - É 95% do Ministro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do Ministro.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Vinte e quatro mil e alguma coisa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quinhentos.



O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Aí você bota, dá 22.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Está no teto da remuneração dos Ministros.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Obedece rigorosamente ao teto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O promotor, hoje, é quanto?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - O meu é 18 mil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Certo. Digo o seguinte: nós ouvimos muitas denúncias de maus-tratos lá no IPPS, e os presos disseram para nós que estão dispostos a ratificar isso em juízo. O senhor abriu quantos procedimentos por maus-tratos lá no IPPS?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Olha, eu tenho requerido os inquéritos policiais das mortes. Mas desses maus-tratos que foram ventilados hoje aqui eu não tenho conhecimento. Então, já me comprometi com a Comissão que amanhã mesmo vou requisitar e saber quais são os presos que possam ter sido maltratados e se eles estão dispostos a prestar depoimento. Porque sem a prova é difícil a apuração.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor e seus colegas têm feito visitas mensais? Essas visitas são de cela em cela?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - A minha responsabilidade é para fazer a visita na cadeia pública de Aquiraz, e eu faço religiosamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A penitenciária é só em via de execução.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, não é sua responsabilidade.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO - Agora, eu quero ressaltar que mensalmente nós fazemos um relatório para a procuradoria, informando todos os fatos ocorridos, quantidade de crimes na comarca, necessidade, todos esses fatos. Então, eu tenho recebido o retorno. Por exemplo, agora mesmo, pedi para abrir 182 inquéritos de assaltos que ocorreram na nossa



comarca, no ano passado, 182. Então, a procuradora mandou para o Secretário de Segurança, ele mandou o retorno designando auxiliares para ajudar na apuração dos fatos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Marcos, quantos agentes, todos os agentes penitenciários são concursados?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não, veja só.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou têm contratados?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Nós temos 303, 305 agentes penitenciários de outra, já antigos. Nós devemos ter aí uns 140, 150 desviados que são agentes... É isso mesmo Coutinho? Cento e quarenta que são agentes administrativos. E mais essas novas nomeações. Novas nomeações... Eu vou falar o número que nós nomeamos. Eu não sei a quantidade que eles deixaram de comparecer. São 297 nomeados. Agora, nós tínhamos, e temos ainda, está terminando o final do mês, um contrato terceirizado de mais 300 agentes penitenciários terceirizados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os salários deles é igual ao dos concursados ou menor?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. O concursado ganha 990, a parte da remuneração bruta. E o deles deve ganhar em torno de 1.200.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os terceirizados...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Os terceirizados, 1.200. Isso... Agora, os agentes penitenciários que são lotados no IPPS têm uma gratificação extra de 40%. Só para o IPPS.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Diga-me o seguinte: tem comissão de classificação no sistema penitenciário?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - De progressão, aquele, vamos dizer, dos servidores?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dos presos.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Do quê?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dos presos. A penitenciária tem alguma comissão que classifica?



O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. Aqui é o seguinte: tem a comissão de disciplina local. Mas aqui é misturado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ah! Tudo misturado.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Misturado exatamente porque temos um excedente de 3,3 mil presos no Estado do Ceará.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dessa denúncia de tortura que nós ouvimos hoje o senhor tinha conhecimento?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Absolutamente, de jeito nenhum. E se tiver eu estou aqui é para atuar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Diga-me o seguinte: essa questão dos 2 mortos, nós, ao ouvirmos as denúncias, porque hoje nós fomos acompanhados de forma muito ostensiva pela Polícia Militar, e os presos fizeram denúncias de torturas praticadas por militares. O senhor pode garantir para nós que essas mortes foram entre eles, não há nenhuma suspeita de que houve...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Essas 2 de hoje?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É, de hoje.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. Até porque eles estavam com as visitas sociais. Dia de quarta-feira nós temos visita social.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Mas nem todo mundo tem visita.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - É claro, porque, às vezes, não tem filho nem tem...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Não. Ou os filhos da família são de outro Estado.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - É, de outro Estado. Então, veja só...

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - *(Inaudível.)* ...do Piauí ou de algum Estado?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Só para complementar: lá no IPPS nós temos, dia de quarta-feira, visita social, que é das crianças, dos filhos, dos pais, das mães, e dia de domingo a visita íntima. Então, se não tinha lá a visita ou é porque não tem mais parente aqui ou porque ele está cumprindo um castigo e aí no castigo ele não tem a visita, ele fez alguma indisciplina dentro da cadeia.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Está. A....

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Eu posso lhe dizer, afirmar objetivamente: não foram policiais que mataram esses 2 presos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esses 2 presos, todos eles têm fotos?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Têm fotos, têm registro, têm tudo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Queria que o senhor mandasse para nós a foto deles, os nomes com as fotos. É...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Mando. Ele está identificado lá na cadeira de identificação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Manda a perícia também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Também gostaria que o senhor pudesse mandar para a Comissão o Regulamento Disciplinar das Unidades, que é um só, não é?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Dr. Bento, encaminhar o Regulamento Disciplinar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Também eu queria cópia do contrato com a penitenciária que está terceirizada.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Terceirizada. Está terminando. Mas nós vamos mandar a cópia da terceirizada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E, também, da perícia das 2 mortes.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem dados sobre a quantidade de homens cujas mulheres estão presas, de filhos que também estão presos, que a mãe está presa, o pai está preso.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não, não, não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esses dados o senhor não tem.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não, não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Perguntaria à Dra. Aline...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Eu... Só mais uma questão de ordem. Eu tenho um compromisso. Eu queria consultar os Srs. Deputados se eu poderia...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só fazer uma pergunta tanto ao senhor como ao Dr. Promotor...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Dr. Marinho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Marinho, à Dra. Aline. Já saiu, não é?

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Está ali.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ah! Dra. Aline. É se vocês topariam discutir, envolvendo o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, as universidades, e fazer um mutirão jurídico para tentar desafogar o sistema.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Eu posso só, só...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só aqui. Eu vou passar para o senhor e passar para todos.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Não. Topar eu topo. Eu só não acredito... Cria uma expectativa, cria uma expectativa na cadeia e depois dá uma revolta, porque eles imaginam que vão ser... Mas topo na hora, porque eu tenho...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós vamos...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - ... diálogo no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque veja aqui, Dr. Marcos, nós aqui rapidamente, numa visita muito rápida, nós pegamos aqui vários casos que, se forem confirmados, todos eles estão com excesso de prazo, deveriam estar fora. Tanto o caso... Aqui nós temos o caso do Cícero Alves, de 49 anos, latrocínio, condenado a 20 anos, cumpriu 14. Aqui tem o Acácio, 36 anos, art. 157, 6 anos e 4 meses. Temos aqui o Francisco. Ou seja, vários casos que nós pegamos rapidamente, que a não ser que a gente prove que essas informações deles sejam incorretas, mas, se forem corretas, se nós passamos 1 hora e conseguimos levantar,



eu sinceramente não vejo, num mutirão, juntando as universidades, como disse a doutora, a OAB, o Estado até contratando mais advogado, mesmo para essa tarefa, que não possa fazer esse trabalho. O DEPEN informa e já declarou publicamente que, se houvesse critérios, houvesse um trabalho emergencial no sistema, um terço dos presos seria colocado na rua. Então, eu estou colocando aqui não de a gente criar uma expectativa, mas, se o Estado não pensar uma forma de tentar fazer um pente fino, fazer um esforço concentrado, eu não vejo, também, como a gente resolver essa superlotação e essas queixas que, como disse aqui a Deputada Cida, o Deputado Paulo Rubens, a pessoa está ali sem assistência, não tem a visita do advogado, a revolta dele é grande. Uma parte não trabalha, uma outra parte não estuda, eles deveriam estar diminuindo a pena com trabalho e com estudo. Não estão. Portanto, é uma série de fatores que acabam levando às rebeliões a que nós estamos acostumados. Portanto, essa é uma idéia que a CPI tem tratado. Nós vamos sugerir no relatório final que os Governos Estaduais e o Governo Federal façam esse mutirão, para ver se, a partir de um mutirão feito, começamos a ajeitar o sistema, para não dar essa superlotação decorrente de uma deficiência jurídica.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - V.Exa. me permite, só para complementar, porque aparentou que eu era contra o mutirão. Negativo. Eu sou a favor do mutirão. Como disse a V.Exa., eu tenho diálogo em todos os segmentos e em todos os poderes. As experiências anteriores, não é minha, que até na minha gestão não ocorreu esse mutirão, o que nós criamos foi, através da idéia da Pastoral Carcerária e da Defensoria, o Programa Reconstruindo a Liberdade. E a Defensoria tem um outro programa que é...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Janela para a Liberdade. O Janela para a Liberdade é o preso que está na delegacia, os defensores vão com os estagiários e tentam tirar para não chegar no sistema penitenciário. E o Reconstruindo é quem está dentro do sistema. Não houve essa experiência de mutirão na minha gestão, mas as informações que me chegaram é de que nesses mutirões cria-se uma expectativa enorme e, ao final, não dá o resultado, porque, ou está enganchado na vara de execução, ou o preso não tem o direito que achava que



tinha. Mas nada contra, sempre a favor. Eu quero saber se tem mais algum... Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Queria só pedir que fosse repassado para a CPI uma cópia do projeto Reconstruindo a Liberdade, que acho que pode ser uma idéia...

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - A defensora, pensadora e a Dra. Ruth, também, com certeza, mandará.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para que a Dra. Aline pudesse responder e, também, que ela falasse nesses projetos que vocês estão, plano piloto, se o atendimento é na vara de execução, olhando os processos, ou se é na visita aos estabelecimentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que a senhora pudesse falar no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero agradecer a presença ao Secretário, agradecer o seu apoio, a sua atenção e a consideração com a nossa Comissão.

O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - *(Inaudível.)* ...desde 6 e meia, mas um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Secretário.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Deputado, sobre essa questão de mutirão, aqui a gente usa o termo, com licença, o termo que a gente usa para mutirão é mentirão. Desculpe a sinceridade, não é? Os exemplos anteriores, que não foram vivenciados por mim, mas notícias que foram feitas até pela própria Defensoria Pública, não deram resultados. Porque, para a gente soltar um preso, não basta para a gente a notícia, a informação dele de que ele estaria passando o tempo, não é? Inclusive, muitos casos que a gente pega, estou passando o tempo que a gente vê, está passando tempo da progressão de regime, que, em muitos casos, têm direito a progressão de regime, realmente. Agora, passar do tempo porque já cumpriu a pena toda, são raríssimos, certo? A nossa experiência tem demonstrado isso. Que não é muito, não é? Mas, no que se refere a mutirão,



sempre o que acontece? Não se consegue... Tem um prazo, o mutirão. Chega aquele prazo e não se conseguiu a documentação completa do preso, fica pendente a informação e aí sobra tudo para o quadro defasado da Defensoria Pública dar encaminhamento. Aí o preso criou uma expectativa de que ia sair daí: *“Não, agora vou sair, vão olhar meu caso e tudo”*, e aí não dá esse resultado.

Ao longo desse tempo, a gente pensou essa questão do projeto Reconstruindo a Liberdade junto com a Pastoral Carcerária, no seguinte sentido: como é que funciona o projeto? Ele é muito simples, é a cooperação de instituições. Então, primeiramente a Pastoral Carcerária, com agentes da Pastoral capacitados pela Defensoria Pública, munidos de uma ficha de entrevistas com perguntas elaboradas pela Defensoria Pública especializada na Vara de Execuções Públicas, vai e faz a entrevista do preso. As entrevistas com as perguntas que nós precisamos saber para detectar a situação dele. Com aquelas informações ali, essa ficha é levada pela Pastoral Carcerária para a central de certidões, que foi criada pela Secretaria de Justiça para atender essa demanda do Reconstruindo.

Dentro dessa central de certidões funciona uma funcionária e mais estagiários do Projeto Somar, que é um projeto já que pega jovens em situações de risco, e também funciona egressos, trabalham os egressos. Fazendo o quê? Quando chega lá essa entrevista, a Defensoria faz uma pequena análise, triagem, de logo, pelas informações do preso e solicita certidões. Certidão carcerária, classificação de comportamento e relatório social, que são os primeiros documentos que a gente precisa para fazer qualquer pedido, mas que muitas vezes é falho, porque houve o incêndio em 2000 que apagou o registro que tinha daquele preso antes de 2000 .

Então, a gente tem ali uma fumaça de realidade sobre aquele preso, que é complementado com o que ele informou na entrevista, certo? Aí, ali o egresso faz uma rota na região metropolitana, colhendo as certidões que o defensor já viu de cara que era preciso. E dentro do presídio ou dentro do fórum imprime o espelho. A gente chama espelho é o resumo de todos os processos que ele tem. Não é uma certidão de antecedentes criminais, é como se fosse, só não é validada. Aí a direção do fórum permitiu que a gente pudesse ter acesso a essas informações intranet, do fórum. Sai tanto dos processos da vara de execuções, como do processos que ele responde. Daqueles que ele responde a Defensoria imediatamente pede as



certidões narrativas, porque, para fazer qualquer pedido ao juiz da Vara de Execuções, ele precisa ver se além da condenação, ele não é preso por outro motivo, uma prisão provisória por outro motivo. Formou-se aquele instrumento com a entrevista, com a carcerária, classificação de comportamento e relatório social, e as certidões que de início nós vimos e o espelho. Esse documento é encaminhado à faculdade, ao núcleo de prática jurídica das faculdades. Dentro da cadeira de estágio, supervisionado por um professor que tem conhecimento na área de execução criminal, porque essa é uma dificuldade também, porque é um assunto que nem todos os profissionais do Direito dominam, devido à especificidade.

Então, eles acompanham aquilo dali e, ao chegar aquele documento, imediatamente cadastram no programa da Defensoria Pública, que é via Internet, de acesso via Internet. Por todo o decorrer dessa semana, eu a Ruth estamos indo às faculdades treinar, junto com o pessoal da informática e da Defensoria Pública, treinar os alunos a cadastrar. É feito esse cadastramento dessas informações. Aí o aluno, ao final daquilo ali, ele tem 3 possibilidades: ou é insuficiente a informação para ele concluir sobre o caso do preso... Ele não está tendo acesso aos autos, são só as informações que nós colhemos. Ou ele não consegue analisar a situação e pede mais certidões e aí volta a central de certidões para buscar, tentando dar agilidade, já que tem um egresso, tem um aparelho de fax que não tínhamos, certo? Ou então ele já faz o pedido, porque já tem toda a documentação, ali, porventura se for só aquela que precisa, ou ele faz um parecer dizendo que o preso não tem direito naquela data, vai ter numa data futura, cadastrando aquela data no programa, devolve aí para a Defensoria Pública, que é o Núcleo da Defensoria Pública e Execução Penal que coordena o projeto. Chegou lá, é dado entrada. Isso tudo é registrado. Tudo isso vai ser objeto de estatística, o que nós não tínhamos antes, de número de pedidos feitos, para que a gente possa cobrar até esse retorno.

Então, como nosso atendimento de Defensoria Pública está diluído com a parceria com a Pastoral Carcerária, nós vamos ter tempo para acompanhar de perto os pedidos que foram ajuizados. Essa quantidade grande de pedido que vai ser ajuizado nessa demanda das faculdades, o defensor já vai ter condição de ficar na Vara de Execuções acompanhando, porque aconteceu muitas vezes de a gente



fazer 3, 4 pedidos e não saber o resultado do pedido, porque nós nunca fomos intimidados pessoalmente, entendeu? Então, esse aí...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto tempo a senhora... a senhora relatou muito bem. Quanto tempo em média leva até fazer a petição para o juiz?

A SRA. ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA - Nós mandamos nesse projeto os primeiros 40 casos para uma faculdade chamada FANOR, aqui. Já está lá há um mês. Foi o primeiro caso que a gente mandou. Estamos agora esperando o retorno deles. Antes da gente botar o projeto em prática até o convênio com outras faculdades, a FANOR abriu em caráter experimental. Então, nós esperamos que a gente consiga isso entre um mês, um mês e 15 dias, a gente consiga ter o retorno da faculdade, o que já é um tempo recorde para a gente da Defensoria, que tinha muita dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero conceder a palavra agora ao Alex, que queria dar uma palavra também em nome dos agentes. Logo em seguida, nós vamos concluir nosso trabalho aqui com as considerações finais dos convidados.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Só pra fechar o tema que o Deputado estava falando da questão da assistência jurídica, a Aline bem didaticamente desenhou toda a peregrinação do processo, mas tem um outro segmento que é o detento que é assistido por advogado particular. É uma outra mazela, porque ele, no início, quando ele chega na unidade, o advogado está lá, e até um determinado ponto, porque tem a questão financeira, e de repente desaparece, e aí o preso fica, principalmente quem não tem família, lá fora, que possa acompanhar quem é de outro lugar, de quem é... e fica dentro das unidades uma angústia muito grande dessas pessoas. Eu estou com um advogado, e não posso passar pra outro advogado, não sei onde é que está o advogado, ligo pro advogado, o advogado não atende, o advogado não vem. E aí vai passando o tempo, vai passando o tempo. Então, eu acho que ... e o dinheiro já foi pago, e tudo que ele tinha já se foi, e aí quer passar pro Defensor Público, o Defensor Público, por uma questão de ética profissional, não pode atuar em cima de outros processos que tenham outros colegas, a não ser que seja sub-rogada a competência.



E aí uma questão que eu acho que também a OAB precisava, né, digamos assim, entrar nesse circuito de uma forma institucionalmente mais presente pra poder assegurar também a condução desses processos nessas instâncias que, digamos assim, o Estado, em si, não só o Judiciário nem a Defensoria pode atuar. Então, isso é muito freqüente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora... Nós já ouvimos um caso lá em Brasília, onde o advogado levou carroça, burro, cartão de aposentadoria e tudo que aquela presa tinha. Você já ouviu algum caso assim, escabroso, que pudesse relatar nessa relação de advogados (*ininteligível*) e depois desaparece?

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Eu acho que lá no presídio tem quem possa relatar com bastante facilidade. Por exemplo, tem uma estrangeira nossa que estava com advogado, que tudo que tinha disse que já deu pro advogado, que o advogado levou quantos mil...? Vinte mil, não sei quantos mil, que era o que ela tinha... 15 mil e simplesmente não aparecia, não dava notícia. E eu consegui me comunicar com esse profissional, e o processo dela passou, a gente conseguiu transferir. O assistente, o Defensor Público é quem está com a interlocução, é quem está acompanhando junto ao Defensor Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. O Alex agora vai falar, tirou o microfone da mão dele umas 3 vezes, né? (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Boa-noite. Eu sou agente penitenciário lotado no PPS provisoriamente, que agora vou ser lotado em Sobral, e venho falar primeiramente do sistema carcerário, o que se faz pro fortalecimento dos servidores é... a Secretaria de Justiça... porque no Estado do Ceará, pra quem não sabe, é o pior salário do País, a gente ganha, como salário básico, 299. Aí a Defensora Pública tava falando do salário de 4 mil reais. Imagine você ganhar 299 pra tá dentro dum, entre aspas, "inferno" daquele. Aí você ganhando pouco, né, perdendo a privacidade de ir pra uma praia, de ir pra um restaurante, porque eles matam. O último agente que eles mataram, o Kleber, eles compraram um carro — você vai ver no dossiê aí do Coutinho — pra assassinar o agente. Quer dizer, a produção deles lá, diária, na selva de pedra, é 80 mil reais. O agente penitenciário ganha 299, uma mixaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Produção de quê?



O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Produção diária de golpes. O Ministério Público deve saber. A produção diária de golpes, que ele dá em cartão, todo tipo de golpe. Aí, o agente penitenciário ganha 299 pra ficar ali. É o pior salário. Eu tô falando isso porque a gente já ganhou uma ação na Justiça, tá tramitando ainda, a (*ininteligível*) do nível médio. A gente fez concurso pro nível médio. E ainda estamos ganhando como fundamental, 299, quando deveria ter ganhado como salário base de 589. Aí o que que tá acontecendo? O Governo tá prolongando isso aí, porque a ação já é da gente. Em 2002 passou do nível fundamental pro médio. E, por enquanto, nós estamos ganhando como fundamental. Como sempre, o agente penitenciário no Estado do Ceará é tratado assim, porque eles botam pra trabalhar servidor municipal, o que der, "*vai tu mesmo*", porque desvio de função da Secretaria de Justiça é só o que tem.

E outro caso, o senhor tava falando sobre o alojamento da Polícia Militar. Ainda bem que o senhor não viu o alojamento do feminino, porque lá nem existe. O alojamento lá é junto com as presas. Quer dizer, agente penitenciário come junto com as presa, né, elas fazem a refeição junto com as presa, como não deveria de ser, deveria ser separado, porque eu acho que a convivência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você está falando de qual feminino?

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Feminino, só tem um. Porque o alojamento lá é junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, restaurante eu vi, é diferente, restaurante é diferente.

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - É junto... elas comem junto com as presa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, fui lá hoje, eu comi lá, é um refeitório.

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - É porque não tem nenhum agente feminino ainda, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu fui lá no refeitório na hora do almoço, eu inclusive comi lá, um peixe chamado serra, muito gostoso, feito...

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Infelizmente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...e só pras agentes que estavam lá. Eu estou dando um testemunho...

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - É porque infelizmente não tem nenhuma agente penitenciária presente aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou falando porque eu estive lá...

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO- Não, é... pode ser, né, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por isso que eu estou perguntando qual é o presídio, porque senão...

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Questão de ordem, Deputado. Vamos garantir a denúncia do companheiro, porque a CPI é pra isso, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas eu, como Presidente da CPI...

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, não, não, por favor...

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Depois se verifica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...Não, por favor, não provoque, não, por favor, por favor...

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - ...Se é verdade ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, por favor. Estou só dizendo o seguinte...

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Nós viemos aqui pra fazer a denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sei, amigo, eu sei amigo. Eu sou o Presidente da CPI, eu estou perguntando porque é o seguinte: estou perguntando qual é o presídio porque pode ter 2, 3, por isso que estou perguntando.

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Não é esse (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque esse que ele está falando, eu estou dizendo o seguinte: eu estive lá no refeitório das agentes e eu comi lá. Eu só vi as agentes. Por isso que eu estou dando meu testemunho.



O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Aí ele está dando um testemunho diferente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é.

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Eu acho que a Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o testemunho tem que ser... Eu estive lá, ele já esteve?

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Eu acho que a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu estou dando o testemunho, porque eu estive lá.

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Tem que garantir, tem que garantir...
(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está garantido, é você que está atrapalhando...

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Mas fomos convidados pra depor na Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está garantido, está garantido, você que está atrapalhando...

O SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO - Ele está fazendo uma denúncia aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Devolva o microfone para ele, porque quem está com a palavra é ele. Quem está atrapalhando é você.

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - O Coutinho também tá ciente da denúncia, porque as meninas também fizeram pra ele lá. Ele também tá ciente, ele também...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Não, calma...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - O Presidente do sindicato... Não, eu não tive presente...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Não, mas eu estou... as meninas ficaram esperando até agora, e eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode continuar, a palavra está com você, pode continuar.

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Não, infelizmente, já que não querem aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, pode continuar.

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Então, tudo bem. Vamos passar pra próxima. A minha próxima reivindicação é sobre os concursados que fizeram concurso junto com a gente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Não, não é esse caso aqui, eu vou... eu vou... Eu fiz minha denúncia, se vocês quiserem aceitar, bem... eu não posso fazer nada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Agora vou passar pra minha próxima reivindicação, porque eu queria que essa CPI adiantasse... Os colegas que fizeram concurso com a gente aqui... se inscreveram 10 mil pessoas. A gente, estudando a lei de execução penal, se inscreveram 10 mil pessoas, pra 630 vagas. Só passaram 400, desses 400 desistiram uns 290, 339, ficou 250, né, com os 30, 250. Aí quer dizer, o Estado não chama o restante, né, que é no caso aqui 258, né, e fica embaçando a situação dos concursados que estão passando dificuldade, porque alguns deixaram até o emprego pensando que o Estado ia inserir eles no serviço público...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando é que vence o concurso?

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - O concurso foi homologado em 2007, né, setembro de 2007, ele tem dois anos prorrogável por mais 2. Se possível for. Aí, no caso, ele vai vencer em... 2009. Aí, até então não chamou, mas tá com déficit de agente de 1.300, como ele disse. Por que que ele não chama se ele tá com esse déficit? Né? Essas respostas não dá pra entender....Por que que nosso nível passou pro nível médio e ele não paga? Essas perguntas... que o sistema penitenciário hoje tá desse jeito. Obrigado aí pela atenção...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria... não, tudo bem. Eu vou dar a palavra. Eu queria agradecer ao Alex, eu só queria dizer ao Alex que eu fiz a pergunta sobre o presídio, porque.. pra saber se tinha mais de um, porque justamente eu fui lá no presídio, coincidentemente eu fui na cozinha e comi lá, e estavam 3 agentes almoçando e eu também comi lá na hora, tinha um peixinho gostoso lá, então por isso que eu fiz a pergunta, então...

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Eu não sei se no dia que o senhor comeu não é o mesmo de diariamente, eles fazem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, eu comi hoje...

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Esse procedimento separado, porque o que as agentes penitenciárias falaram ali, relataram, (*ininteligível*) elas relataram ali, eu não tô dizendo se elas pediram pra mim falar. Eu como colega, não... e vim representar aqui, eu fiquei segurando até agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tá certo, tá certo...

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Eu resolvi falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Mas elas que falaram, eu nunca entrei ali. Obrigado aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria aproveitar esse assunto que vem falar dos agentes. Coincidentemente, eu questioneei esses assuntos com o Secretário hoje. A informação que ele me deu é que o Governo andou no último acordo, chamou 339, parece que quase 40 desistiram e ficaram 290. Depois, alguns já tinham passado em outros concursos e tal, foram chamados acho que 250 ou 260 agentes, restaram alguns agentes, iam chamar 104 agora. Mas como houve a desistência de alguns, ele fez um acordo com o Governador e está chamando 182 e parece que tem agora um restante de 76, que ele está negociando com o Governador pra também chamar.

É uma informação que eu estou dando pros agentes, talvez uma notícia que vocês não saibam, mas eu conversei com o Secretário e estou com esses números na cabeça desde cedo. Ele me falou, não sei se confere, pelo menos é a matemática que ele passou. Está chamando 182, está sobrando 76, e ele já está negociando com o Governador pra chamar esses 76. Ele reconhece que tem um déficit que



precisa ser preenchido e ele quer aproveitar esses concursados que foram classificados. Eu agradeço ao Alex pela participação.

O SR. FRANCISCO ALEX DE ARAÚJO - Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Diretora agora com a palavra. Ela foi citada, tem 3 minutos para a réplica, e logo em seguida nós vamos para as considerações finais, encerrando o nosso trabalho.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Não preciso nem de 3, Sr. Presidente, eu acho que dentro de 2 eu liquido a fatura. Era só uma questão de esclarecimento. Talvez o colega nosso, que nunca foi no feminino e não sabe... Eu acho que a gente tem que ter lisura, transparência e responsabilidade, não é, com aquilo que a gente diz e com aquilo que a gente afirma. Nós temos um refeitório feminino que só comem lá as agentes. Um refeitório específico pra isso.

O que tem é que a produção de alimento da unidade como um todo é feita pelas internas. O senhor esteve lá e comprovou: a alimentação das agentes, a alimentação do corpo da guarda, a alimentação dos funcionários, a alimentação das internas é feita pela cozinha, que é... pelas presas, pelas internas, com o gerenciamento de um agente prisional, que é quem toma conta da cozinha, o Dr. Arnaldo. Então, quando você quiser fazer as coisas e as denúncias, você se informe e não seja porta-voz daquilo que você não sabe, porque você pode passar constrangimento como esse. A segunda... é o alojamento feminino, eu acho que os senhores... ele até acho que fotografou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, eu estive lá no alojamento.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Pronto. O alojamento foi o primeiro pavilhão que nós entramos, à esquerda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Nós entramos pelo setor médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Acho que tinha 3 camas lá...

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Pronto. Três beliches. Aquilo ali é um alojamento central feminino e tem mais 2 alojamentos, como é que digo,



intermediários dentro da unidade, que servem de apoio ao pessoal durante o plantão noturno. Então, as agentes não dormem junto com as presas. Quando você diz que usa alojamento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Meu amor, quando a gente vai fazer uma denúncia e é porta-voz a gente precisa se inteirar.... você tá parecido com a pessoa que vai carregar droga e diz assim: "*leva aí minha mala*", e você não quer saber quem foi e conduz. Então, é questão de responsabilidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Não.. eu não estou discutindo, eu estou apenas afirmando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O bom é se as próprias agentes estivessem aqui, é verdade.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Esclarecendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ia acabar colocando essa situação aqui.

A SRA. MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA - Pois é. Então, o que estou colocando é... Ele, o Presidente do Sindicato, sabe que o alojamento feminino é na primeira parte, no interior da unidade, muito distante de onde estão as presas internadas. Ele está presente no mesmo complexo, na mesma estrutura da unidade como um todo.

Então, gostaria só de esclarecer porque a afirmativa foi de que as agentes dormiam com as presas nos alojamentos das mulheres, e não é verdade. Então, essa é uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queria agradecer a participação de todos. Realmente seria importante se as agentes estivessem aqui porque evitaria esses conflitos. Mas eu acho que foi importante, todas as denúncias que foram feitas a CPI vai analisar.

Agradecemos ao Presidente do Sindicato, que entregou aqui o dossiê. Peço desculpas pela minha forma mais áspera na reta final, mas é porque tem hora que a gente tem que ser um pouquinho mais duro mesmo na Presidência dos trabalhos.



Peço desculpas. Não é o nosso estilo de trabalhar, mas é porque eu fui testemunha, estive no local, por isso que eu fiz questão de firmar a minha convicção.

Parabenizo vocês, acho que é uma vergonha o salário de vocês mesmo, de 299 reais. É uma vergonha pelo trabalho que vocês fazem, tanto que nós aprovamos na Câmara a criação da Polícia Penitenciária. Acho que é uma forma de valorizar os agentes. E temos certeza na CPI hoje que essas controvérsias entre os diversos modelos e formas de administrar o presídio é uma causa nacional.

Temos uma Lei de Execução Penal que vale para todo o País. Cada Estado aplica da forma que quer e cada diretor administra o presídio da forma do seu entendimento. Temos diretores como a Dra. Maria Izelda, que administra bem, a quem quero parabenizar pela administração, mas nem todos têm o mesmo espírito. Há diretor que é mais humano, outro que é mais radical, outros que são mais ásperos, uns que querem incentivar a educação, outros que querem que o preso se lasque, uns querem que presos trabalhem, outros que querem que preso se dane.

Por quê? Porque não tem um formato de normas e procedimentos no sistema prisional brasileiro. A lei é uma só, mas cada Estado aplica do jeito que quer e cada diretor administra do jeito que quer. Esse é um dos problemas que apontamos na CPI e vamos sugerir uma uniformização de normas e procedimentos, o que pode e o que não pode nos presídios brasileiros. Tem cadeia que pode ter visita íntima, tem outras que não podem, umas que pode entrar alimento, outras não. Já fui a uma em Pernambuco que tem mercearia, tem três mercearias dentro. Os caras na cadeia são os donos da mercearia, têm que pagar aluguel, têm empregado, o chaveiro é que toma conta da cadeia, não é a polícia.

Então, sabemos desses problemas, sabemos que temos uma visão. Não sabemos se vamos conseguir resolver porque tem gente contra, tem gente que é contra a polícia penitenciária, tem gente que é a favor de uma política para soltar preso, outros querem endurecer mais a pena.

A CPI está fazendo um debate com todas essas visões. Tem gente a favor de progressão de pena, outros são contra. Você condena um cara a 30 anos e ele, com 5 anos, tem direito. Então, para que condenar a 30 anos? Podia condenar a 10, tira 10 anos de cadeia. O cara ia entrar na cadeia no dia 1º de março de 2008, sabendo que vai sair em 2018, mas que ele vai sair no dia. Você condena um cara a 10 anos,



mas com 2 anos ele tem direito. Aí você cria um mosaico dentro do sistema prisional, o cara acha que tem direito, mas ele tem um agravamento, outro processo. Cria uma instabilidade muito grande.

As visões dentro do sistema... Cada um tem um olhar diferente. Por exemplo, a representante da Pastoral Carcerária diz que é contra a construção de novos presídios, mas não tem como resolver o problema se não construir novos presídios. Até porque ninguém garante que se soltar os que estão presos ninguém mais vai ser preso.

E os que serão presos, vão ser colocados onde? Às vezes, vamos soltar 50 e vão entrar mais 50, vai continuar o problema. Então, devemos construir novos presídios. Foi o que a defensora disse, a própria representante: presídio, lixão, ponto de ônibus, quebra-mola, todo mundo quer que exista na cidade, mas longe de casa.

O Governo Federal, depois de 500 anos de história do Brasil, resolveu construir 5 presídios federais, e desde 2003 está tentando encontrar 5 Estados para construir. Ninguém quer, só houve três que aceitaram. Lá no meu Estado mesmo, ia ser construído um presídio. O candidato de oposição ao atual prefeito fez um abaixo-assinado na cidade, fez uma audiência pública, subiu na pesquisa, foi a 70%, o Prefeito caiu para 7, e não deixou construir o presídio lá. Ninguém quer presídio federal. Depois de 500 anos, o País resolve construir um presídio federal para abrigar os presos federais, que é de competência do Estado, e o Governo Federal não consegue. O primeiro presídio federal construído na história do Brasil serviu para abrigar presos dos Estados, inclusive aqui do Ceará. Havia alguns nos presídios federais que saíram daqui e que eram chefões de cadeia.

Então, sabemos que os problemas são muitos, porém, estamos trazendo para o debate com os Governos, com os secretários. Governo nenhum gosta de inaugurar presídio. Nunca fui convidado para a inauguração de um presídio, não sei quem já foi aqui convidado para inauguração, já viu soltar fogos. Quem tem mandato gosta de fazer festa e soltar fogos, botar banda de música para tocar para mostrar uma obra que ele fez. E no presídio ninguém pode fazer isso, ninguém pode trazer uma banda famosa, ninguém pode soltar fogos, convidar, e o convidado às vezes nem vai.



Então, é um problema sério porque é um tabu. A sociedade durante muito tempo conviveu com o tabu de que bandido bom é bandido morto. E aí eles acham que todo mundo que está preso é imprestável, e sabemos que nem todo mundo que está preso é imprestável. Há muita gente que está presa que cometeu um delito, cometeu uma infração e se tiver uma oportunidade sai e vai ser reintegrado à família. Conheço muitos que já saíram, foram reintegrados à família e à sociedade.

É por isso que a CPI insiste no trabalho. Nós também somos criticados: “*Vocês são doidos, mexer com negócio de preso!*” Viajar, ficar sábado, domingo, sexta-feira fazendo visita, fazendo audiência pública. Também somos criticados, mas temos certeza de que investir nos presídios é investir em segurança pública. Durante muito tempo o sistema penitenciário ficou ligado mais na Justiça e na defesa do que na segurança. Temos certeza de que hoje o presídio é caso de segurança. Ou a gente investe nos presídios, humaniza os presídios ou não vamos resolver o problema da violência no Brasil, porque o cara vai voltar para lá mais violento, porque a maioria dos crimes são comandados de dentro das cadeias do Brasil.

Com essas palavras, agradecemos à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ao seu Presidente, aos Deputados, ao Deputado Augustinho, que esteve conosco o tempo todo. Agradecemos a V.Exa. pela presença, aos funcionários da Assembléia, aos técnicos de som, aos motoristas que nos acompanharam, às Polícias Civil e Militar, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Secretaria de Justiça do Governo do Estado e às instituições aqui representadas, os sindicatos representados aqui pelo Coutinho e pelo Alex Francisco. Peço desculpas, Alex, pelo incidente, mas realmente deixaram uma bomba na sua mão e não lhe deram muita informação de como desarmá-la. Você tentou fazer o que pôde e fez o melhor. Agradeço aos agentes e aos cinegrafistas que estão conosco aqui durante todo esse tempo.

O Deputado Domingos Dutra queria fazer um requerimento antes de encerrar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na verdade, queria só fazer um apelo ao Dr. Marinho e também à Dra. Aline. Levantamos cerca de 10 casos em que os presos estariam ali mais tempo do que deviam. Se pudessem arranjar as cópias desses processos para fazermos um exame detido... Deixei com o Dr. Marinho a



lista dos processos, os nomes dos presos. A gente agradece. É para a gente fazer esse exame e não cometer injustiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nada mais havendo a tratar, queremos informar que amanhã a CPI vai estar no Estado do Piauí e sexta-feira, no Estado do Maranhão para tratar do mesmo assunto.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.